n. 44 2021

SOUZA EAD
Revista Acadêmica Digital

Periodicidade - Mensal



ÍNDICE

Editorial 03

GUARDA COMPARTILHADA. 05
CARDOSO, Antônia Patrícia da Silva. Págs. 05 – 15.

A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL. 16
SILVA, Bruna Luiza Procópio da. Págs. 16 – 30.

O COACHING E SEUS ESTILOS, ABORDAGENS, MODALIDADES E CONTEXTOS. 31
BRITO, Elton Gonçalves de. Págs. 31- 45

TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA: O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA COMO RECURSO DIDÁTICO. 32
MATOS, Elysson Daniel Viana. Págs. 46 - 57

A INFLUÊNCIA DO PROJETO ESCOLA CONSCIENTE NO RESÍDUO SÓLIDO URBANO COLETADO EM VERANÓPOLIS - RS
BOEIRA, Luana; BERTOLA, Liliana Martinho. Págs**.** 58 - 72 58

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA
SILVA, Mikaelli Andrade da. Págs. 73 - 83 66

Editorial

SEJA LUZ DE NATAL PARA ALGUÉM

A história do Natal começa, na verdade, antes do nascimento de Jesus. Na época, tinha como objetivo celebrar o solstício de inverno, a noite mais longa do ano no hemisfério norte, que acontece no final de dezembro. Dessa madrugada em diante, o sol fica cada vez mais tempo no céu, até o auge do verão. É o ponto de virada das trevas para luz: o "**renascimento**" do Sol.

Nesse período, o homem deixava de ser um caçador errante e começava a dominar a agricultura e, a volta dos dias mais longos significava a certeza de colheitas no ano seguinte. E então, passavam dias em festas.

Na era cristã, as datas religiosas mais importantes para os primeiros seguidores de Jesus, só tinham a ver com o martírio dele: a Sexta-Feira Santa (crucificação) e a Páscoa (ressurreição). Inicialmente, o costume era para enfatizar a morte e não, a vida. Houve uma inquietação e os fiéis de Roma, sentiram necessidade de arranjar algo para fazer, principalmente, frente às comemorações pelo solstício.

É relevante mencionar que, até então, não se sabe a data exata do nascimento de Jesus. Entretanto, em 221 d.C., foi definido que seria comemorado o aniversário de Jesus no dia 25 de dezembro, e assim sendo, ele **se tornou a luz que traria a salvação para a humanidade**. Nasce o solstício cristão. E, incorporada a essa comemoração, permaneceram os hábitos, oriundos do norte, como a troca de presentes, as refeições fartas e majestosas e, a ideia de um ser sobrenatural, que dá presentes para as criancinhas, foi substituída por uma figura com circunscrições humanas, o **Papai Noel**. No aspecto religioso, a Igreja Católica passou a realizar a Missa do Galo.

Atualmente, observamos que, o verdadeiro significado do natal tem sido colocado em segundo plano, pois, a realidade é que estamos vivendo num mundo com mudanças significativas de valores ou, do que é "politicamente correto", num ritmo intenso e acelerado, com tecnologias avançadas e ainda, somos bombardeados com propagandas de consumo cada vez maiores, melhores e convincentes. E assim, tornou-se normal ver crianças e adolescentes enxergarem o natal como um dia de festa e presentes. Pergunto: qual é o verdadeiro significado do Natal?

O Natal tem um propósito religioso que vai muito além do que a sociedade prega nos dias de hoje. Viver o Natal é comemorar **o milagre do nascimento de Jesus Cristo** e fazer despertar em todos nós, a **esperança** em nosso Deus, o fortalecimento da nossa **fé, o renascimento para uma nova vida.** O espirito natalino, deve proporcionar

a exaltação aos valores como **a união, solidariedade, confraternização, compaixão, partilha, perdão e o amor** objetivando o fortalecimento das relações interpessoais.

Vale salientar que, o Natal não é somente uma época de ganhar presentes, "comilança", montar árvores e enfeites e sim, é a festa do nascimento de Jesus, com grande significância para **o renascimento pessoal, para uma vida nova cheia de luz, semeada por esperança e fé.**

A conscientização de que, no decorrer do ano de 2021, **ESTAR VIVO** tornou-se o melhor presente e esse, virou um grande motivo para enaltecer a vida. Para além, a superação dos obstáculos, colocados no caminho ao longo do ano, deve ser reconhecida e comemorada. Ressalto a importância da gratidão, devido a chance de se ter **amigos e a família reunidos, vivos, com saúde e energia para vencer,** essa fase pandêmica ou, qualquer outro desafio apresentado, com fé e esperança.

A FaSouza, deseja que todos tenham um natal memorável, com **família e amigos reunidos, com sorrisos de alegria fáceis**; com o amor, carinho, respeito, esperança e **fé transbordando no coração** de cada um; com elos de amor fortalecendo sempre a grande família e, que se possa estar com o coração leve, pela capacidade de **se permitir perdoar e ser perdoado.**

Desejamos que você, aproveite esse período com responsabilidades. Promova o bem, **semeie coisas boas**, como união, amor, esperança, fé, respeito e gratidão. Que a capacidade de irradiar luz e calor sobressaia, **propagando a sua luminosidade no céu de cada uma das pessoas ao seu entorno**. Para tanto, **ascende a luz que existe dentro de você.**

SEJA LUZ NA VIDA DE ALGUÉM!!

FELIZ NATAL E PROPERIDADE PARA O ANO QUE SE INICIA!!

Boa leitura!!!
Marcos Alexandre de Souza
Diretor Geral da Faculdade Souza

1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

SILVA, Mikaelli Andrade da[1]

RESUMO

A qualidade de vida (QV) é extremamente importante para os seres vivos e a conservação do ecossistema natural é um dos fatores que contribuem na mensuração deste quesito, podendo aumentar e também diminuir a QV. A educação ambiental tem como intuito contribuir com o ensino a valorização da vida, com métodos e maneiras diferentes dos convencionais, buscando a menor degradação ambiental. A sustentabilidade é relacionada com equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Sendo assim, é fundamental na promoção da QV, e está relacionada diretamente com a manutenção do meio ambiente. Tais conceitos são essenciais para que o ser humano saiba cuidar do meio ambiente e para isso, temos a educação ambiental. Este artigo tem como intuito elucidar a importância da educação ambiental, como esta impacta a forma das pessoas se relacionarem com o meio ambiente, contribuindo para um uso mais consciente e correto dos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Qualidade de Vida. Sustentabilidade

2. INTRODUÇÃO

Os registros que datam o início da discussão que abrange o meio ambiente e mostrou uma preocupação e a importância de conscientização sobre o cuidado e utilização dos recursos do mesmo, além do termo de "Educação Ambiental", ocorreu em um encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Com o passar dos anos, essa frente ganhou força e na Conferência de Estocolmo, em 1972, este tema foi inserido na agenda internacional (BEZERRA, 2016).

Em seguida, em um próximo evento realizado no ano de 1977, que foi a 1ª Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, na antiga União Soviética, definiu-se que "educação ambiental é processo permanente, onde, tanto as pessoas quanto a comunidade, tornam-se ambientalmente conscientes" (DIAS, 2000, p. 92). Compreendeu-se, portanto, que para tornar as pessoas mais

[1] Graduada em Gestão Pública, Graduando Gestão Ambiental. E-mail: mikaelli.andrade6@gmail.com

conscientes de seus atos frente ao meio ambiente, é necessário nutri-las com um conjunto de itens, que são: conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação. Desta forma, ambos estarão capazes de atuar individual e coletivamente, para resolver os problemas ambientais atuais e futuros.

No Brasil, em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas, sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, que gerou o Tratado de Educação Ambiental. Neste documento, contém princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, além de estabelecer relações entre as políticas públicas de educação e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais (CAPELA TOZI, 2017).

No Brasil e nos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), define-se educação ambiental como abordagem de conteúdos e práticas da educação, voltados para a resolução de problemas ambientais específicos, utilizando uma abordagem interdisciplinar e da participação ativa e responsável de cada indivíduo e comunidade (DIAS, 2000).

A degradação do meio ambiente tem tido um aumento intenso nos últimos anos, em ritmo acelerado, devido a apropriação dos seres humanos e o não cuidado correto com os recursos naturais. Estes danos devem ser minimizados em tempo, para que, não prejudique e não haja uma escassez de recursos para as próximas gerações (PELICIONI, 1998). Sendo assim, de forma a conscientizar a população, a educação ambiental tornou-se uma prática importante e foi inserida no dia a dia das pessoas, até mesmo em escolas, buscando trazer a compreensão sobre o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, a utilização de recursos naturais de forma correta e como isso se relaciona com a qualidade de vida (QV). A qualidade de vida está totalmente relacionada à preservação e respeito ao meio ambiente (MAZETTO, 2000).

Diante do exposto, compreende-se que a educação ambiental tem relevância e é determinante no quesito de construção de valores e atitudes. Tendo orientação correta, os seres humanos desenvolvem consciência e buscam, todos os dias, conscientizar-se de tomar atitudes corretas frente ao meio ambiente. Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido buscando elucidar como a qualidade de vida e a educação ambiental se relacionam.

3. QUALIDADE DE VIDA

O conceito entorno das palavras qualidade de vida, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), diz sobre "a percepção de um indivíduo sobre sua posição de vida no contexto da cultura e sistemas de valores em que vive, bem como em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (OMS, 1998, p. 102). Essa definição mostra visões sobre a qualidade de vida como uma avaliação subjetiva que possui dimensões positivas e negativas e é sustentada por contextos culturais, sociais e ambientais.

O bem-estar é uma forma de descrever o quão satisfeitos indivíduos ou grupos de pessoas estão com suas necessidades básicas. Isso se expressa por meio de indicadores sociais específicos e objetivos, como taxa de desemprego, densidade populacional e outros resumos subjetivos baseados em informações coletadas diretamente das pessoas que compõem a população pesquisada. Incapacidade de separar a qualidade de vida do comportamento dos indivíduos e da sociedade, decorrente de seu desenvolvimento organizacional e cultural. Essa expressão descreve o grau de satisfação dos seres no que tange a questões fundamentais relacionadas a vida. A QV é expressada em indicadores, como taxa de desemprego, densidade populacional e afins (PELICIONI, 1998; SOUZA, 2012).

Forattini (1991) explica que seu estudo que a QV está relacionada com a satisfação do ser com a vida. Isso se expressa em

indicadores sociais específicos e objetivos, como taxa de desemprego, densidade populacional e outros abstratos subjetivos a partir de informações coletadas diretamente das pessoas que compõem a população pesquisada. É impossível separar a qualidade de vida do comportamento do indivíduo e da sociedade, resultante de sua organização e desenvolvimento cultural (PELICIONI, 1995, p. 40).

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são amplamente utilizados nos dias atuais. A sustentabilidade é o reflexo das relações entre o meio ambiente e os seres humanos, e é comumente relacionada ao uso excessivo dos recursos naturais, que impactam na degradação e escassez dos mesmos. Já o desenvolvimento sustentável consiste em um processo de aprendizagem, onde são abordados diferentes métodos, definidos através de um plano de ação e desenvolvimento (CARVALHO, 2019).

A temática do desenvolvimento sustentável surgiu durante os anos 80, em um documento denominado Our Common Future, onde é abordado o conceito da conservação da natureza com o crescimento econômico. A partir deste momento, o tema ganhou foco, sendo feito pesquisas relacionadas aos problemas ambientais em todo o mundo. Daí em diante, a expressão surgiu com o conceito de conciliar o desenvolvimento com a economia, envolvendo também os âmbitos sociais e ambientais (CMMAD, 1981; CORREIA, DIAS, 2017).

As questões da sustentabilidade têm sido amplamente discutidas, incluindo as posições ideológicas dos políticos que aprovam a defesa dos interesses e a preservação das condições culturais e econômicas, bem como todos os processos de desigualdade e exclusão crescentes usados nos discursos governamentais, e muitas vezes mencionam o conceito de progresso (LIMA, 2003). A partir da reflexão sobre a dominação de diversas

frentes, sendo elas econômica, ideológica e política, relacionadas as formas de organização social, uma revisão do conceito de desenvolvimento foi realizado na década de 1970 (FEIL, 2017). Está emergindo o conceito de sociedade sustentável, o que requer o desenvolvimento de novos paradigmas para proteger a diversidade ecológica, social e cultural das pessoas, culturas e estilos de vida com diferentes opções econômicas e tecnológicas, tendo como principal objetivo um desenvolvimento harmonioso. As pessoas e sua relação com todo o mundo natural (DIEGUES, 1992).

Para Reigoty (1995), as pessoas precisam estar mais informadas nos assuntos relacionados ao ecossistema, o que exige educação ambiental, para enfrentar o desafio de mudar a concepção de um modelo de desenvolvimento baseado na acumulação econômica, autocracia política, saqueio de recursos naturais, desprezo, cultura de minorias étnicas e direitos básicos. Humanidade. A política deve participar da formação dos cidadãos das nações, continentes e planetas a partir do diálogo cultural e do conhecimento entre nações, gerações e gêneros. No entanto, Espinosa (1993) acredita que os esforços para implementar o desenvolvimento sustentável em escala global possuem uma maior dificuldade em duas frentes: em níveis estratégicos e econômicos e também devido a complexidade da temática. O autor acredita que para seguir o caminho do desenvolvimento sustentável na prática, é necessário desenvolver um sistema de gestão que possa tomar decisões sob todos os problemas e fatores incertos acima mencionados.

Percebe-se que a sustentabilidade é um processo e este leva tempo para que seja elaborado e concretizado, sendo de longo prazo, pois é um fato que para o desenvolvimento sustentável é preciso mudar o modelo atual desenvolvimento. Faz-se necessário a necessidade de encontrar uma forma de se desenvolver de forma sustentável, ou seja, deve ser desenvolvida, mas levando em

consideração o desenvolvimento integral das pessoas, dos animais, das plantas, de todo o planeta (ROMEIRO, 2012).

O princípio do desenvolvimento sustentável é a resposta à ruptura do pensamento moderno, é condição para a construção de uma nova racionalidade produtiva baseada no potencial ecológico e de uma nova conotação de civilização baseada na diversidade da cultura humana. Esta é a natureza e a invenção que reocupam o mundo, não apenas um mundo que pode acomodar muitos mundos, mas um mundo ajustado pela diversidade do mundo (JACOBI, 2006).

A degradação ambiental, aliada às perdas e desigualdades ecológicas causadas pelo progresso do mundo globalizado, vem acompanhada do conceito de desenvolvimento sustentável, que é muito importante para a humanidade, pois o estudo da sustentabilidade pode ter uma nova visão de mundo. Um mundo em que o conhecimento ambiental nasce da reflexão sobre a construção da vida humana na terra (ROMEIRO, 2012).

Lima (2003) e Loureiro e Cunha (2008) trazem itens relacionados gestão ambiental, e como os estados podem lidar com seus conflitos, objetivos em comum e as diferentes classes sociais, no que corresponde a temática do desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente. Estes autores expõem medidas de como fortalecer os projetos de gestão ambiental local, e a forma com que as comunidades locais lideram os governos federal e estadual. Além disto, trazem intenções e municípios para estabelecer procedimentos de liquidação pacificamente interesses de várias entidades econômicas e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, por meio de um novo contrato social entre Estado e sociedade civil

Desta forma, ao compreender a relevância da temática que gira em torno ao meio ambiente e a visão do ser humano frente a ele, os espaços de ensino, como as escolas, devem buscar por

métodos, meios e maneiras, eficazes, de facilitar a compreensão da relação homem e natureza, como as atividades humanas são desempenhadas, quais as consequências que causam e afins. Partilhar conhecimento é importante, além disso, faz com que, cada pessoa, na sua realidade, desenvolva suas oportunidades de adotar comportamentos e hábitos totalmente diferentes (LOPES, 2011).

Oferecendo conteúdos que permeiam a temática ambiental e passando por todas as disciplinas que envolvem a comunidade com o meio, a escola terá um papel importante na construção e formação de caráter destas pessoas, além disso, trará formas de visão no quesito de correlação (DOS SANTOS NARCIZO, 2009). Neste sentido, o meio ambiente deve ser abordado de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino, garantindo a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos diferentes disciplinas e atividades escolares, as pessoas serão integradas a elas comunidade sociedade, para que a educação ambiental não fique só nas escolas mas penetra todas as esferas sociais, garantindo assim a proteção ambiental e conscientizar cada vez mais as pessoas a fim de se empenhar pelo desenvolvimento sustentável (DE MEDEIROS, 2011).

A educação ambiental se torna, a partir de então, uma parte extremamente crucial do processo de educação das pessoas. Visa abordar como é importante a participação ativa da comunidade nos empreitos sociais relacionados ao meio ambiente, tornando esta temática mais presente na vida das pessoas, relatando os problemas e suas possíveis soluções. Além disso, ressalta todas as questões problemáticas que giram em torno da economia, sociedade e meio ambiente, que sofrem grandes impactos com o desenvolvimento sustentável atual, visto que este se preocupa com o produto final, não visando os meios e a preservação destes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem diversos modelos econômicos, devido a sua grande extensão e exploração dos recursos que aqui existem, o que impacta diretamente na economia e na geração de renda e riqueza. Porém, o que antes não se preocupava é que, ao explorar os recursos naturais, que são finitos, causam uma grande degradação ao meio ambiente, contribuindo para os problemas do setor ambiental.

Há tempos, não se relacionava a qualidade de vida com o desenvolvimento sustentável. Nos dias atuais, percebe-se que, para garantir um amanhã com qualidade, isto é, conforto e com os recursos básicos necessários, como alimentos, energia, vestimentas e afins, é necessário controlar o uso dos recursos que possuímos hoje e cuidarmos para que, no amanhã, estes ainda existam e consigam atender toda a população mundial, que cresce de forma exponencial. É necessário compreender qual a situação do país sanitária e ambientalmente, pois estas impactam diretamente nas políticas públicas e sociais. Esta questão modifica as ações que devem ser tomadas, modificando o planejamento de diagnóstico das localidades, visto que existem várias regiões e comportamentos diferentes em cada local do país, além de interesses e necessidades da população.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998) traz conceitos sobre saúde, que é um direito de todos e dever do estado. Além disso, traz em conjunto que é um direito de todos estarem e frequentarem ambientes sustentáveis, para o uso comum e individual, tanto para as gerações atuais como futuras, como demanda o Artigo 225. Garante ainda que, é obrigação do poder público providenciar ações e meios de garantir os direitos para a população. Apesar de ter um conteúdo válido e integral no que diz respeito à saúde, não há atualizações que englobem as questões ambientais, formalmente. Sabe-se que é responsabilidade de todos as questões de sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente,

porém compreende-se também, por outro lado, que a obrigatoriedade das ações reflete em um comportamento diferente por parte das pessoas.

Os códigos ambientais dos estados e municípios têm um papel muito importante na implementação da lei, assim como os Conselhos e Municípios de Saúde e Meio Ambiente, que exercerão o controle social necessário ao cumprimento da lei com participação universal. De forma a garantir que isto ocorra, torna-se fundamental ter grupos de pessoas conscientes, com argumentação crítica e ética, capazes de atender a estas novas questões ambientalistas.

De forma a garantir informação a todos, temos a educação ambiental. Esta tem como objetivo conscientizar as pessoas sobre os recursos naturais disponíveis, a utilização, preservação e importância destes. Desta forma, torna-se responsável por contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, focada no exercício responsável da cidadania, que trate a natureza como um bem comum, leve em consideração a capacidade de regenerar os recursos materiais, promova a distribuição justa da riqueza produzida e promove condições de vida dignas para as gerações presentes e futuras.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Aldenice Alves. Fragmentos da história da educação ambiental (EA). Dialógica, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasil. São Paulo, IMESP, 1988. cap. II Art. 196 e cap. IV art. 225, 1988.

CAPELA TOZI, Shirley; PACHECO GUEDES, Michel. GEOGRAFIA, ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PENSANDO RELAÇÕES. Acta Geografica, 2017.

CARVALHO, Gláucia Oliveira. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 8, n. 1, p. 789-792, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. Nosso futuro comum. 2. ed. Tradução de "Our common future". 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n. 8, p. 63-80, 2017.

DE MEDEIROS, Aurélia Barbosa et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire et al. Educação ambiental. Princípios e práticas, 6ª Edição. São Paulo: Editora Gaia, 2000.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento ou sociedades sustentáveis- da crítica dos modelos aos novos paradigmas. S. Paulo em Perspect.-q1/2): 22-9, 1992.

DOS SANTOS NARCIZO, Kaliane Roberta. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 22, 2009.

ESPINOSA, H.R.M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. Ambiente, 1993.

FEIL, Alexandre André. SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cad. EBAPE, v. 14, n. 3, jul./set. 2017.

FORATTINI, O.P. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde Pública, 25:75-86, 1991.

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 1, p. 183-186, 2006.

LIMA, Gustavo da Costa. The sustainability discourse and its implications for education. Ambiente & Sociedade, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LOPES, Rita de Cássia Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. Obtido a, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação. Revista Prâksis, v. 1, p. 35-42, 2008.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. Sociedade & Natureza, v. 12, n. 24, 2000.

MINAYO, M.C. de S. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. CEnc. Saúde Coletiva, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável para implantação. Brasília, DF, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Glossário devoção da saúde. Genebra, 1998.

PELICIONI, M.C.F. Qualidade de vida das mulheres trabalhadoras das creches conveniadas do bairro Bela Msta do Município de São Paulo. São Paulo, 1995. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. Saúde e sociedade, v. 7, p. 19-31, 1998.

REIGOTA, M. oque Cortez, São Paulo, 1994.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SADER, E. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. org. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses e luta de ideias no movimento Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 135-42.

SOUZA, Antônio Cezar Leal. Qualidade de vida e meio ambiente: experiência de consolidação de indicadores de sustentabilidade em espaço urbano. Ensaio/Essay Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade Resultados de Pesquisa/Research Results, p. 177, 2012.

A PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA NO BRASIL

SILVA, Bruna Luiza Procópio da [2]

RESUMO

É uma pesquisa de apreciação bibliográfica e análise do discurso. O mesmo tem aplicabilidade para entender os caminhos que tivemos com a aprovação da Lei 8.069 / 90 de 13 de julho (1990). Esta lei incorpora o estatuto das crianças e jovens e os seus mecanismos. Sabe-se que a criança e o adolescente precisam ser olhando e cuidado é o dever da família e do estado dar respaldo e proteção. Diante disso a pesquisa utiliza o método descritivo. A análise do discurso com enfoque bibliográfico foi utilizada para compreender melhor o trabalho. Tais discursos permitiram compreender o funcionamento de alguns órgãos, como Ministério das Relações Públicas, Secretaria de Previdência Social, Conselho Tutelar e Conselho. Todos desenvolvem medidas que visam à garantia dos direitos da criança e do adolescente, de forma direta ou indireta.

PALAVRA CHAVES: Infância e adolescência, Proteção, Direito.

1. INTRODUÇÃO

No cenário de desigualdades e violações de direitos na população infanto-juvenil brasileira, é fundamental analisar a promoção e defesa de seus direitos. Para fazer isso, é necessário compreender as características da política de acolhimento de crianças e a idade de definida na Lei da Criança e do Adolescente.

As negligências que ocorrem no contexto de vida de crianças e adolescentes sempre estiveram presentes na sociedade nas diferentes classes sociais. Desta forma, houve a necessidade de se trabalhar uma intervenção legal na defesa da população infanto-juvenil. Essa intervenção foi consagrada na Constituição Federal de (1988) em seu artigo 227, que regulamenta os deveres da família, do Estado e da sociedade para com esse público.

[2] Formada em Psicologia pela Faculdade de Cuiabá (FAUC), cursando Pós-graduação em Gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) pela Faculdade Souza, Email: procopiobruna@hotmail.com

O artigo 227 anteriormente mencionava apenas crianças e adolescentes. Com a emenda constitucional de 2010, o jovem também foi mencionado neste artigo. Para que este artigo de defesa dos direitos da criança e do adolescente seja plenamente observado, foi promulgada a Lei 8.069, em 13 de julho de 1990, que estabelece uma série de normas de atuação a favor das intervenções para a infância e juventude. Assim, foi instituído o Estatuto da Criança e do Adolescente, que possibilitou grandes avanços na defesa e na proteção da infância e juventude brasileiras.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi extremamente importante à compreensão da história da juventude e da proteção da juventude em contexto de vulnerabilidade. Desta forma, entende-se que a construção do ECA foi um caminho difícil e algumas questões foram fundamentais nesse processo de formação de direitos e estruturação de políticas sociais.

A regulamentação do estatuto foi insuficiente para garantir a proteção integral da infância e da adolescência. Por isso, com o objetivo de fortalecer as diretrizes do (ECA), inseriu-se no seu contexto a Política de Atendimento, que foi incorporada ao sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente.

O objetivo geral do presente trabalho é descrever os rumos da proteção ou a falta de proteção de crianças e adolescentes no Brasil. A situação do sistema de garantia dos direitos dos jovens. Para tanto, três objetivos concretos foram desenvolvidos.

A primeira parte consiste em descrever os processos de consolidação dos direitos da infância e da adolescência no Brasil. A segunda é trabalhar como ocorreu o processo de implementação da Lei 8.069, de 1990 - ECA e quais os avanços e desafios que essa lei traz consigo. A terceira corresponde à análise do sistema de garantia dos direitos da criança e do Adolescente.

Desenvolver trabalhos que visem proteger e promover os direitos de crianças e jovens não tem sido uma tarefa fácil. No entanto, dado o escopo que este segmento cobre, é de suma importância produzir um artigo que destaque as lacunas que permanecem quando se trata da população infantil e juvenil.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DA HISTÓRIA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

O fortalecimento da proteção à criança foi dividido em dois períodos notáveis . Tais períodos são identificados no contexto antes e depois da consolidação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069 / 90). O mesmo reforçou a necessidade de uma visão até então inexistente da criança e do adolescente no Brasil. Porque antes da entrada em vigor da legislação pertinente, a realidade da infância e da juventude não se apresentava como uma questão importante e era amparada por um documento legal que o defendia.

O ECA declara que crianças e adolescentes são seres em pleno desenvolvimento humano. No entanto, essa realidade só foi definitiva após a promulgação do Estatuto. O que acontece na infância e na adolescência, especialmente nos mais pobres, são situações de abandono e desrespeito, com dilemas sociais que as acompanham.

A igreja tinha um papel importante no que tange as crianças e adolescentes, ela ajudava as famílias que mais necessitavam e acolhia crianças nascidas de seus pais ou responsáveis quando por algum motivo não podiam sustentar e cuidar dos pequenos. As famílias eram em grande parte pobres e não tinham recursos financeiros suficientes para garantir a manutenção e proteção familiar. Isso no período colonial.

As crianças eram entregues aos cuidados da igreja, e a infância foi uma meta constante de abandono e pobreza. Perez e Passone (2010) apontam que nos séculos XVIII e XIX os atos e o controle sobre a infância foram transferidos da igreja para o estado. Essa

mudança acaba sendo uma transição relevante à medida que o Estado começa a adicionar ajudas e subsídios às ações em favor da criança. Tendo em vista as mudanças políticas, econômicas e sociais de longo alcance que ocorreram na era industrial do século XIX. O conceito de infância apresenta novas perspectivas e um olhar social que antes nunca havia ocorrido no mundo ocidental. A partir do século XX, a criança é considerada patrimônio da nação e a chave do futuro. Tal mudança da concepção da criança no Brasil surge, com o propósito de moldá-la, para que elas se tornassem "pessoas de bem" que pudessem, por sua vez, servir à nação. (RIZZINI, 2011). A infância vista como "futuro da nação", passa a ser manipulada em prol da "ordem social". (RIZZINI, 2011). Rizzini (2011, p.28) diz o seguinte:

> A hipótese básica é a de que se trata de um projeto essencialmente político. Era preciso proteger a infância como forma de defesa da própria sociedade". O discurso apresenta-se com frequência, ambíguo, onde a criança deve ser protegida, mais também, contida, afim de que não cause danos a sociedade.

A autora citada acima afirma que o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Criança foi realizado em 1920. Ele possibilitou a construção de uma agenda sistematizada que trouxe à tona um tema relevante relacionado à proteção de menores abandonados e criminosos. Na sequência da elaboração da Lei do Menor em 12 de outubro de 1927, pelo Decreto nº 17.943 - A. Com o apoio do Conselho de Assistência e Proteção de Menores.

O Estado acreditava que havia a necessidade de criar um espaço para os "menores abandonados", pois, entendia-se que a causa da "delinquência" estava ligada diretamente ao abandono. Entretanto, tal Código integra "tanto a visão higienista de proteção do meio e do indivíduo, como a visão jurídica repressiva e moralista". Faleiros1995 (apud PERES e PASSONE, 2012, p.63). Entende-se, portanto, que o Código do Menor atuou no controle dessas disciplinas

e não atenderam às necessidades físicas, morais e sociais no contexto da infância e da adolescência.

2.1 Caridade e Filantropia

A benevolência sempre esteve presente por parte da Igreja, com esforços de socorro para os mais vulneráveis, incluindo crianças pobres.

Segundo Hugh, Cunningham1995 (apud RIZZINI, 2011), os conceitos e ações associados à infância giravam em torno de dois alicerces até o século XIX. A primeira, chamado salvação da alma infantil, é atribuído pela Igreja à ideia de que todos os seres humanos nasceram com o pecado original para que suas almas precisassem de redenção. A segunda surge no século XVI, à criança como chave do futuro, momento em que a criança se apresenta de forma diferente do adulto. (RIZ ZINI 2011, p. 98). Naquela época, era relevante pensar que a criança precisasse ocupar um espaço diferente na sociedade.

Mendonça (2011), a primeira intervenção para crianças brasileiras foi denominada Roda dos Expostos. Foi fundada no século XVIII com o intuito de acolher crianças pobres e abandonadas. As então citadas instituições estavam localizadas nas cidades de Recife - PE, Rio de Janeiro - RJ e Salvador - BA.

Marcílio 2006 (apud MENDONÇA, 2011, pág. 18).

> O primeiro sistema, o Rodas dos Expostos, foi projetado para proteger bebês abandonados. Até os três anos, fase da vida que chamavam de criação, eram cuidados quase que exclusivamente nas casas dos mercenários. Posteriormente, essas crianças voltaram para a Casa dos Expostos até os sete anos (o chamado período escolar), onde se buscou possibilidades de acomodá-las ou criá-las em casas de família.

A bondade para com o próximo surge no século XIX, quando um novo cenário político, econômico e social emergente. Este fato trouxe a necessidade de reorganizar os fundamentos do Estado

liberal, da dialética capitalista e da sociedade moderna. (RIZ ZINI, 2011). Movidos pelos ideais republicanos de construção nacional, os médicos e advogados brasileiros acreditavam que a educação dos filhos protegeria a nação, moralizaria e civilizaria e salvaria a nação (SOUZA, 2012, p. 17). O novo aspecto atribuído à infância foi apresentado como a necessidade de manusear e modelar a criança como critério para um futuro de pessoas que possam proteger o país.

Segundo Souza (2012), o cuidado da criança inclui um conceito de higiene e limpeza, que tem como objetivo a doença e a desordem. Desta forma, as classes pobres estavam no centro de uma ação que visava moralizar e reabilitar as classes mais fracas. A medicina higiênica nasce com o objetivo de trabalhar em casa, com o objetivo de construir famílias para que os países possam controlar seus filhos no âmbito social e privado.

A inserção de um sistema de assistência social à infância foi desenvolvida pelo Sindicato. Isso possibilitou a constituição do Conselho Nacional de Assistência Social, cujo objetivo era oferecer serviços públicos à população carente em situação de vulnerabilidade e pobreza. Seguiu-se a criação do Departamento Nacional da Criança, que por sua vez foi criado com o objetivo de dar mais atenção à proteção da mãe e da criança.

Em 1941, nasceu a primeira iniciativa estadual para crianças e jovens do Brasil, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que deu ao Estado total poder sobre as medidas contra menores desfavorecidos e delinquentes. Rizzini 1995 (apud PERRENE E PASSONE, 2010). SAM descreveu as crianças sob tutela como marginais e pessoas desabastadas que sentiam necessidade de interferência direta.

Mendonça 2011(apud REIS 2010, p. 26)

> Ao longo dos anos de existência, o serviço prestado pela SAM cultivou uma imagem extremamente negativa da ordem pública dirigida às crianças. A sua função era muito limitada,

> na prática limitada ao internamento de menores expulsos do Juizado. A certa altura, algumas de suas ações sugeriram algum tipo de proteção para as crianças pobres.

Segundo os autores citados, o SAM foi desenvolvido teoricamente com base nos princípios da educação, formação humana e profissional. Na prática, entretanto, certa ordem foi encontrada em locais onde várias formas de violência física, verbal e psicológica foram perpetradas contra crianças e adolescentes. O SAM apresentou-se assim como um sistema repressivo e, assim, contribuiu para a ideia de institucionalizar crianças e jovens.

É importante destacar que para chegar ao lugar em que atingimos hoje em relação à criança e o adolescente percorreu-se um grande caminho cheios de desafios e lutas. Percebe-se em estudos realizados a respeito da criança e adolescência que o processo foi de extrema importância para que fossem garantidos os direitos da criança e do adolescente. O ECA é um documento essencial para a efetivação desses direitos.

3. O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA DEFESA DOS DIREITOS.

Atualmente, a infância e a adolescência são uma face da construção humana. De acordo com o ECA, eles têm direitos e deveres independentemente de sua origem, raça e situação econômica (BRASIL 1990). Esse sucesso foi consolidado com a adoção da Lei da Criança e do Jovem em 1990. Por várias décadas, as crianças foram concebidas apenas como objetos da família e da igreja e não tinham nenhum direito protetor para proteger as várias formas de violência. (RIZZINI 2011).

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, consolidou a Lei da Infância e da Juventude. O respectivo estatuto é reconhecido como um progresso fundamental na proteção e defesa dos direitos da população jovem.

Segundo Vannuchi e Oliveira (2010), os avanços alcançados pelo ECA são muitos e indispensáveis. O Conselho Tutelar, o Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente e de Jurisdição Especializada, são referências para a promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O Estatuto da criança e do adolescente é teoricamente entendido como um apoio à infância e à adolescência. Silva ressalta que (2010 p.138) o ECA se apresenta como "um pacto nacional em defesa dos direitos da criança e do adolescente". O ECA foi criado no meio de debates para defender a democracia. O estatuto criado foi apoiado fundamentalmente por grandes movimentos com medidas de construção da proteção jurídica, que por sua vez poderiam ser um guia para a infância e a adolescência brasileira. O MNMMR foi um dos principais fundadores da defesa legal da infância e da adolescência, criando um marco legal que consolida a proteção especial a essa população. (VANNUCHI E OLIVEIRA, 2010). Assim, a infância e a adolescência trazem necessidade de atenção especial por se tratarem de uma etapa do desenvolvimento humano e da educação (BRASIL, 1990). Assim, o ECA foi preparado com a expectativa de defender os direitos das crianças e dos adolescentes. Permitiu uma nova perspectiva e um enfoque até então inexistente para as ações relacionadas às intervenções no cotidiano da infância e adolescência.

A aprovação do ECA foi fundamental para o avanço das questões éticas, políticas e jurídicas na defesa da infância e da adolescência, e esse avanço foi cimentado pela inclusão dos direitos das mesmas na agenda dos direitos humanos. Para a ascensão de tais direitos, entretanto, há inúmeras mobilizações idealmente para trazer mudanças no entendimento da necessidade de defender e apoiar a infância e a adolescência. Esta questão, incluída na agenda de direitos humanos, proporcionou as ações necessárias para

alcançar a proteção integral da infância e adolescência (VANNUCHI E OLIVEIRA, 2010).

Para finalizar essa discussão a respeito do ECA, podemos notar que o mesmo foi desenvolvido sob as premissas que constituem os direitos humanos, esses direitos são uma importante ferramenta de defesa da sociedade.

Vannuchi e Oliveira, (2010 p.13). Entende-se que:

> [...] Os Direitos Humanos constituem uma invenção humana, em constante processo de construção e reconstrução. Em diferentes períodos e contextos históricos e geográficos, a noção de Direitos Humanos foi adquirindo novas conotações. Diversos foram também os seus desdobramentos práticos, a partir de lutas travadas em diferentes sociedades. Os fatores que possibilitaram a promulgação do Estatuto estão relacionados a essa concepção de luta por direitos.

A humanidade está em constante processo de transformação. A infância e adolescência ainda estão em meio a essas transições, vítimas de frequentes de violações de direitos e expressando as mesmas necessidades em tempos mais distantes que o neoliberalismo traz com seus princípios regulatórios e assistencialistas. Em tese, o ECA se apresenta como um importante arma de defesa da infância e juventude brasileiras. Vannuchi e Oliveira (2010) apontam, no entanto, que as leis por si só não mudam a sociedade, mas sim as políticas necessárias para tal mudança e dão fundamento e legitimidade aos programas. Isso significa criar condições para que as crianças e os jovens sejam sujeitos ativos de sua história, garantam o acesso aos serviços públicos como educação e lazer, para que possam escolher suas próprias opções. (VANNUCHI E OLIVEIRA 2010, p. 27).

O ECA trouxe como um dos seus avanços importantes o desenvolvimento de novos mecanismos, métodos e práticas destinadas a realizar e defender os direitos das crianças e jovens. Tais corpos são retratados como um avanço indispensável na defesa desse segmento da população. Ênfase em um contexto novo e

democrático no campo jurídico. (VANNUCHI e OLIVEIRA, 2010). O fortalecimento do sistema de defesa e proteção de crianças e adolescentes foi um grande avanço, conquistado após diversas mobilizações e discussões sobre a defesa de seus direitos. Nem é preciso dizer que a lei das crianças e dos adolescentes está em desenvolvimento teórica e metodologicamente. E o ECA faz parte desse processo de construção.

Nota-se também que o caminho para a consolidação de uma ECA foi percorrido por lutas e conquistas. Portanto, não será diferente torná-lo eficaz, eficiente e efetivo por meio de seus mecanismos no marco da promoção integral da infância e da adolescência.

4. SISTEMA DE GARANTIAS DE DIREITOS DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

A criação de alternativas jurídicas para enfrentar as violações dos direitos da população infanto-juvenil permeia os dilemas da construção de ações contra-hegemônicas [3]voltadas para a melhoria das condutas de proteção aos direitos da infância e da juventude brasileiras. Esses direitos foram instituídos pelo Artigo 227 da Constituição Federal de (1988). Portanto, é necessário entender que proteção não é dar direitos à criança e ao jovem, mas fazer cumprir as diretrizes da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990-ECA.

Para o cumprimento das diretrizes do ECA, é imprescindível reconhecer a criança e adolescente como sujeito de direitos, entendê-los como pessoas em condições especiais de vida que fazem jus ao desenvolvimento humano. Por conseguinte, o ECA inclui a política de serviços no seu contexto. Esta política visa criar mecanismos e instrumentos capazes de colocar em prática os parâmetros do

[3] Segundo Gramsci é situada como "instrumentos para criar uma nova forma ético-política". Compreendendo a necessidade de modificar as condições de desigualdade social apresentadas pelo modelo capitalista presentes na sociedade civil. (Gramsci 1999)

Estatuto que servem para promover os direitos da criança e do adolescente. (BRASIL, 1990).

Segundo Neto 2005, a Convenção Nacional sobre os Direitos da Criança e dos adolescentes (1999) identificou o sistema de garantia de direitos como promovendo a proteção de direitos. O autor mencionado acima entendeu, entretanto, que o Estatuto não deixa a ideia do SGD muito clara em sua composição e apenas aborda um conceito de interferência estatal adequado para promover a não violação da legislação direitos da Criança e do Adolescente, Mecanismos de Desenvolvimento para tal.

O SGD é composto por órgãos e instituições que desenvolvem ações na área de controle social. Eles são o conselho nacional, estadual e local dos direitos das crianças e adolescentes; e na área de defesa de direitos através do Ministério Público, Defensoria Pública, Centros de Defesa (CEDECAS), Conselhos Tutelares e de Segurança Pública (TEIXEIRA, 2010). São espaços tentando colocar o estatuto em prática e consolidá-lo por meio de mecanismos de estado.

Neto (2005) afirma que o SGD não tem como modelo os sistemas do SUS, SUAS, SNE. Tais sistemas têm direções diferentes, o SGD é entendido como um sistema estratégico que difere dos outros, sistemas de serviço direto. O autor acima define que o SGD tem a finalidade:

> Potencializar estrategicamente a promoção e proteção dos direitos da Infância-adolescência, no campo de todas as políticas públicas, especialmente no campo das políticas sociais e de b) manter restritamente um tipo especial de atendimento direto, emergencial, em linha de "cuidado integrado inicial", as crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados ou violados ("credores de direitos") ou adolescentes infratores ("em conflito com a lei") (NETO 2005, p.14).

Segundo Teixeira (2010), o CONANDA passou a buscar alternativas que possam envolver todos os atores sociais, estatais e

não estatais, com medidas de proteção à infância e juventude. Nesse contexto, deve-se promover o fortalecimento de políticas públicas para crianças e adolescentes. Formação de parcerias, posteriormente denominadas redes de proteção à criança e ao adolescente.

Para fazer cumprir a promoção dos direitos humanos consagrados na constituição de 1988, o SGD cumpre três funções estratégicas: (1) promoção de direitos, (2) defesa (proteção) de direitos e (3) controle institucional e social a promoção e defesa de direitos (NETO, 2005 p.15). Os órgãos competentes desenvolveram seus trâmites jurídicos de acordo com suas demandas.

Para fazer jus a essas três estratégias anteriores do SGD, conselhos tutelares, Vara da Infância e da Juventude, advogados de defesa, Defensoria Pública, Ministério Público Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente são constituídos em âmbito Federal, Estadual e Municipal, Delegacias Especializada de Infância e Adolescência, CREAS, CRAS, ONGs e outras (TEXEIRA, 2010).

Um órgão, como o Ministério Público, tem a função de defesa, controle e promoção de direitos, enquanto outros pretendem monitorar e avaliar, como o CDCA, que são entendidos como órgãos de controle institucional, o conselho não tem ação direta com os usuários do SGD. Esses órgãos podem vir de áreas governamentais ou não governamentais.

O SGD é um sistema que visa rastrear, monitorar e avaliar intervenções em crianças e adolescentes. Entidades não governamentais, como ONGs, comitês, sindicatos, fóruns e alguns outros previstos pelo ECA, devem ser registrados no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente, conforme artigo 91, previsto pelo ECA (BRASIL, 1988). Tais órgãos são locais de constante debate e buscam marcar a diferença no panorama das frequentes violações de direitos que ocorrem na vida de milhares de

crianças e adolescentes, principalmente na vida de grande parte dos necessitados.

O ECA e seus mecanismos são fundamentais para a construção de um projeto Ético político que vise a infância e a adolescência, principalmente os mais pobres. Porém, não basta promover e defender os direitos das pessoas infanto-juvenis é preciso que a sociedade / comunidade aceite esta questão e entenda que todos são responsáveis pelas diretrizes do ECA. Seja ações para monitorar, e avaliar, sendo os olhos do Estatuto, na rua, na escola, em casa.

Portanto, de acordo com Teixeira (2005), é necessário incluir três segmentos importantes, a saber, o Estado, a família e a comunidade / sociedade. A interação destes três órgãos em conjunto com instituições estatais e organizações não governamentais fixam as que se especificam para esta categoria de diretrizes públicas e formam, assim, a rede de proteção de crianças e adolescentes.

Enfim O Sistema de Garantia de Direito, conforme explicitado no decorrer do trabalho, pretende apoiar, realizar, monitorar e avaliar as ações para que possam promover os direitos humanos na constituição de 1988, o SGD é um mecanismo fundamental para a implementação de medidas voltadas para a infância e a adolescência. E nessa perspectiva, é necessário que os profissionais presentes no Sistema de Garantia de Direitos construam ações sólidas e trabalhem em rede para que tenham a oportunidade de ocupar seu lugar na comunidade.

5. CONSIDERAÇOES FINAIS

Sabe-se que desenvolver trabalhos que visem proteger e promover os direitos de crianças e jovens não tem sido uma tarefa fácil. No entanto, é de suma importância produzir artigos que ilustrem as lacunas que estão surgindo no tema da população infanto-juvenil.

O panorama histórico das medidas para a população infanto-juvenil propostas no presente trabalhou possibilitou o retorno aos marcos da construção da proteção à infância e à adolescência brasileira. Permitindo uma abordagem mais sólida aos movimentos que consolidaram o Estatuto da Criança e do Adolescente.

A lei foi promulgada para garantir o artigo 227 da Constituição Federal de (1988), que estabelecia a carência até então inexistente de crianças e adolescentes. Referindo-se a eles como sujeitos de direitos especiais e fundamentais garantidos por lei. As leis, que em muitos momentos servem como forma de controle social e humano, são também um suporte e um guia na vida de milhares de pessoas. O Estatuto da Criança e do Adolescente é um exemplo desse apoio. É importante colocar suas diretrizes em prática. Nessa perspectiva, as Políticas de Atendimento foram regulamentadas como normas do estatuto. O sistema de garantia dos direitos da criança e do adolescente inclui diretrizes como mecanismo de promoção e defesa dos direitos da infância e adolescência.

Conclui-se que a Lei da Infância e da Juventude é, de fato, um importante instrumento de promoção e garantia dos direitos das crianças e dos jovens. Porém, é imprescindível desenvolver um sistema de garantia que possa efetivamente promover os direitos da criança e do adolescente em qualquer comunidade brasileira. O parâmetro é o desenvolvimento de medidas que se articulem com outras políticas públicas, sejam elas de educação, saúde, atenção à família, medidas sociais etc. Tal articulação define e consiste em um trabalho em rede de atenção integral das fragilidades que ocorrem na população infanto-juvenil.

O ECA fez muitos progressos, mas ainda há muito a fazer para torná-lo um instrumento integrado de promoção e garantia dos direitos das crianças e do adolescente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 12 de junho de 2021.

_____ Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 12 de junho de 2021.

FALEIROS V. P. INFÂNCIA E PROCESSO POLÍTICO NO BRASIL. In: PILOTTI, F.; RIZZINI, I. (Org.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano delNiño, 1995. p. 49-98.

_____. O SÉCULO PERDIDO: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil. 2. ed. SP: Cortez, 2008. Acesso em 11de junho de 2021. http://congressoemfoco.uol.com.br. Acesso em: 10 de junho de 2021.

MENDONÇA C.C. O acolhimento institucional de crianças e adolescentes no CEMAIA: Uma análise sobre a implementação das alterações ocorridas no ECA em decorrência da Lei 12.010/2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – Pólo Universitário de Rio das Ostras, ano 2011. Disponível em: http://www.puro.uff.br/tcc/2011-2/cristina%20-%20completo. Acesso em: 09 de junho de 2021.

RIZZINI. I. (Org.). A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, 1995. p.12-45.

SOUZA J.T. ECA na perspectiva do adolescente autor de ato infracional da cidade de Santo Antônio de Jesus: a compreensão dos jovens acerca dos seus direitos. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do curso de Serviço Social da UFRB. Cachoeira 2012.

TEIXERAS. E. M. Criança e adolescente e o sistema de garantia de direitos. 2010. Disponível em: http://www.mp.ce.gov.br. Acesso em: 11 de junho de 2021.

O COACHING E SEUS ESTILOS, ABORDAGENS, MODALIDADES E CONTEXTOS

BRITO, Elton Gonçalves de [2]

RESUMO

O propósito desse artigo é mostrar a amplitude dos diferentes tipos de coaching e ao mesmo tempo os diferentes contextos, como por exemplo: coaching do amor, coaching paternal, coaching da mulher, coaching da gestação, coaching feminino, coaching para as crianças, o coaching espiritual, coaching ontológico, coaching tean. Esses temas foram especificamente abordados por serem de menor conhecimento de existência pela sociedade e até mesmo por alguns profissionais. Trata-se de
um estudo exploratório, realizado através de pesquisas bibliográficas. Os estudos realizados revelaram que a metodologia de coaching possuí uma enorme aplicação prática, que se estende a inúmeras áreas da vida humana, além de usufruir de uma gama enorme de técnicas e práticas, desenvolvidas e consolidadas ao longo do tempo. É de suma importância que os objetivos e metas sejam exaltados constantemente, pois o ser humano só se motiva a fazer algo tendo em mente os benefícios que obterá com seus esforços.

PALAVRAS-CHAVE: Coaching para as mulheres, coaching para gestantes, coaching feminino, coaching amoroso e demais contextos.

1. INTRODUÇÃO

O terno deu início nos meados dos anos 1500 na Inglaterra, era muito utilizada dar nomes aos cocheiros, que eram os colaboradores que conduziam as carruagens (coche) até no local de destino. As universidades inglesas passaram a usar o terno nos anos de 1850 para dar referência ao tutor ou o profissional que acompanhava os estudantes para instrui-los ao fazerem as provas e testes. Com habilidade própria, o coaching foi adotado pela literatura gerencial e classificado como sendo uma pratica de liderança e desenvolvimento de pessoas, esse reconhecimento só ocorreu nos anos de 1950. No Brasil deu-se início nos anos 1990-2000.

Nos dias atuais existe uma definição para melhor retratar o coaching como sendo "um processo instigante e criativo que visa liberar o potencial

para máxima performance" A função do coaching é dá suporte ao indivíduo ou uma organização, guiando-os nos seus planos e objetivos fazendo com que saia do ponto A para o ponto B a curto prazo. É uma operação contendo um princípio, um meio e um fim, sendo que logo a partir do começo já se deve ter uma clareza de onde, como e quando surge audácia de até onde se deve chagar.

O coaching profissional usa uma metodologia estruturadas em ações puramente estratégicas, estabelecendo um prazo e garantindo através da persuasão os resultados que o coachee pretende alcançar. Entretanto o coaching é um processo que tem por objetivo desenvolver a pessoa, como nem todas as pessoas são iguais, enfrentam diversos problemas completamente diferente umas das outras, diversidades de pensamentos e atitudes, tornando cada ser individual e com aspectos atemporal, ocasionando momentos que nem todos os coach consigam fazer com que os coachee alcance todas as mudanças na mesma intensidade e velocidade que outras.

O coaching tem se tornado um assunto mundial, sendo discutido em todas as esferas da ciência como a psicologia e o PN (Programação neurolinguística), sendo uma abordagem pseudocientífica que deseja trazer para perto a comunicação, desenvolvimento pessoal e psicoterapia. Foi criada por Richard Bandler e John Grinder na Califórnia, Estados Unidos na década de 1970.

2. COACHING PARA AS MULHERES – COMO SUPERAR OS PARADIGMAS DA BELEZA

São frequentes as mensagens que bombardeiam as mulheres todos os dias, essas mensagens são sempre para forçar a manter os padrões da beleza. Vemos o tempo todo nas manchetes, revistas e jornais mensagens do tipo:

- Fulano desenvolveu uma dieta que virou febre, faz perder 07 kg em 2 semanas.

- Façam como as famosas, usem esse produto ou corte seu cabelo no mesmo padrão
- 10 lançamentos de make das mais lindas modelos direto para você, não perca mais tempo.
- 12 dicas para você conquistar aquela barriguinha durinha que tanto sonha.
- Os melhores looks indicados pelos mais renomados estilistas para você ficar na moda nesse verão.

São esses tipos de frases lidas em revistas, na internet, e assistidas em programas de televisão voltado para as modas e estilos do momento com dicas milagrosas para alcançar a mais pura beleza e estar dentro dos padrões exigido pela sociedade.

Com isso, muitas mulheres passam a ter ainda mais insatisfação com o próprio corpo, com a forma de se vestir, com a natureza do cabelo, e dão início a uma busca desenfreada para alcançar um patamar de beleza, como uma disputa. Já se ouviu falar que nem sempre a mulher se veste para atrair a atenção de outro homem, mas sim de outra mulher, como uma forma de disputa de quem está mais próxima do padrão exigido.

Essa busca exagerada pelo modelo ideal da beleza mostrado e anunciado pela indústria vem prejudicando psicologicamente um número maior de mulheres, não só no Brasil, mas em todo o mundo.

Foi realizado uma campanha "#StopTheBeautyMadnes" (ParemComALoucuraDaBeleza). Nessa campanha foi tratado de uma divulgação de mensagens marcantes para fazer a sociedade parar e refletir sobre a desenfreada opressão da beleza. A partir daí, deu início nas redes sociais como o facebook e o Instagram, imagens e fotos de mulheres sem maquiagem, as que se juntaram ao movimento com o único objetivo de fazer mostrar que o verdadeiro brilho da mulher está dentro de si próprio, na sua essência, e não em algo genérico e superficial. Graças a esse movimento que gerou essa compreensão na sociedade,

valeu-se porque muitas mulheres procuraram ajuda de profissionais e de especialistas capacitados para darem início aos tratamentos necessários com o propósito de se curarem desse vicio e abito que fez perder toda a saúde por longo tempo.

- Mulher, o que de fato te faz feliz?
- Você nasceu para qual missão?
- Você está se preocupando em focar em si mesma, ou em agradar as pessoas em seu redor?

Um especialista em coaching para as mulheres que domine os conhecimentos dos padrões da beleza imposta pela indústria, pode ajudar significativamente a vida da mulher que queira vencer e ficar livre desses vícios que afeta de forma psicológica e financeira a vida da população feminina.

2.1. COACHING PARA AS MULHERES EM PERIODO DE GESTAÇÃO – METODOLOGIA E VANTAGENS

Como não se alegrar com umas das melhores notícias que a família irá aumentar. A chegada de um novo membro alegra toda a parentela. Mas como preparar a mamãe, marinheira de primeira viagem para nova fase que se inicia? O coaching tem o potencial de auxiliar neste processo tão amável e renovador?

O nascimento de uma criança é sempre algo novo, não só para a mãe, mas também para todos os familiares e amigos próximos da família. Pode surgir duvidas, incerteza e insegurança de como cuidar, dar banho, como saber os horários certo, o que o bebe está sentido e etc.

Quando se pensa em ter filhos, requer pensamentos em dobro antes de trazê-lo ao mundo, há muita responsabilidade, compromissos, estratégias e um bom planejamento para que possa vivenciar essa etapa nova com mais tranquilidade e prazer, isso garante que os momentos de desconfortos negativo que tenha passado durante a gravides, como por

exemplo o estresse e ansiedade não trazem infelicidades para a mamãe e nem para o pequenino (a).

Sabemos que a espera da chegada de um novo membro na família faz com que os pais passam momentos de transformações e muitos questionamentos. Então, como se preparar para dar conta de tudo que o período de gestação poderá trazer. Aí entra a questão: o choaching pode ajudar os pais durante o período da gestação?

Respondendo à pergunta, a resposta é "sim", o coaching pode ser uma alternativa para o casal que está aguardando a chegado de um bebe, ajudando a lidar com a gestação de forma saudável e também dar orientação profissional para planejar chegada desse momento especial. O coaching está entre as melhores e mais eficazes metodologias de desenvolvimento e capacitação do homem reconhecida até agora.

Pode gerar algumas perguntas como por exemplo: coaching e gestação podem se acertar? Pois, a resposta é sim, combinam muito bem, desde que seja um profissional e que saiba aplicar bem as técnicas.

2.2. COACHING FEMININO

Atualmente, vivemos em um senário altamente competitivo, com dezenas de afazeres a serem cumpridos. O coaching feminino chega trazendo um elemento de grande importância para o autodesenvolvimento pessoal das mulheres. O processo na vida delas busca trazer o equilíbrio entre as questões profissionais e profissionais, e fazer com que elas descubram todo o potencial que existe dentro de cada uma, contribuindo para o sucesso e o crescimento profissional e particular.

Os pontos que diferenciam o coaching feminino é uma categoria especifica. A sociedade cria para as mulheres inúmeras barricadas, e superar todos esses impedimentos são superimportantes para buscar lugares de melhor destaque no mercado. Crenças seguem involucrado dentro de cada mulher, crenças criadas pelo machismo a milênios sobre os limites das mulheres, até onde elas poderiam chegar, limitando sua

vida em um contexto universal para todos os afazeres. Ao passar dos tempos, ainda existe algumas crenças embutido dentro de algumas mulheres impedindo-as de lutar para alcançar melhores posições de liderança ou montar seu próprio empreendimento, grandes talentos profissionais perdendo seu brilho e não crescendo porque ainda não conseguiram enxergar esse potencial, podem até saber que tem, mas não sabem como agir ou começar.

A plenitude de todos as esferas da vida se baseia na felicidade, do relacionamento em casa, até com as ações profissionais. O coaching pode ter uma função de fazer com que as mulheres, além de serem mães, podem ser, também, ótima lideres profissionais e empreendedora sem um atrapalhar o outro. Esse sentimento de culpa jogada pela sociedade no decorrer de muitos anos deve ser eliminado para que a mulher possa ter uma família e trabalhar ao mesmo tempo, isso traz uma sensação de liberdade e felicidade. No processo de coaching é mostrar através de ferramentas para os coachees femininas formas de alcançarem uma vida com mais equilíbrio.

Os benefícios são diversos, no entanto será citado alguns importantes.

- Perceber o tamanho da força que a mulher carrega dentro de si através do autoconhecimento interior para resoluções e tomada de decisões importantes para sua vida.
- Excluir de dentro de delas as crenças que criam um limite para as suas conquistas, quanto mais ela acreditar que aquilo não é para ela, mais distante fica a realização dos seus objetivos.
- Conectar-se com sigo mesma treinando seu cérebro que tudo que você deseja almejar é verdade, que você consegue e que isso é real na sua vida. A sociedade em um modo geral, não vai ajudar a mulher a olhar para dentro de si mesma com uma excelente profissional, isso tem que dar partida da própria mulher, acreditando sempre que isso é uma verdade absoluta, a verdade de que ela é capaz de tudo.

2.3. COACHING DE RELACIONAMENTO AMOROSO

> Liderar pessoas de forma extraordinária é fazer com que o liderado acredite em si mesmo e se sinta potente, confiante, autônomo e livre para oferecer o melhor de si e ultrapassar seus limites. É levar as pessoas a se engajar com paixão, excelência e alegria no projeto e no objetivo definido. É criar força interna suficiente para que o liderado possa superar as frustrações, derrubar obstáculos e suportar a sobrecarga de trabalho, a pressão e o nível de exigência necessário para fazer algo que a maioria não faz, alcançando um resultado que poucos atingem". CLARO (2013, p.26)

De acordo com o "registro civil" o número de divórcios foram de 383.286 em 2019. Dados da primeira instância ou por escrituras judiciais. Em 2019 ouve uma pequena queda de 0,5 em comparação ao ano de 2018 que foram num total de 385.246. Considerasse que a taxa percentual de divórcio por grupo de mil pessoas com idade entre 20 anos ou mais, sofreu uma queda de 2,6% em 2018 para 2,5% em 2019. Mas ainda é muito pouco. Podemos considerar que a taxa de divórcio anual no brasil é consideravelmente alta.

Pesquisas mostram que muitos casais enfrentam desafios em seus relacionamentos, o principal vilão é a falta de comunicação, seguindo da dificuldade em lidar com sentimentos, comportamentos e atitudes. Sabemos que cada ser humano tem sua própria identidade, uma forma única de pensar, de interpretar, de agir, de falar, cada ser humano nasce com uma personalidade única. E nesse exato ponto, que gera as contendas familiares. É exatamente por esses motivos que alguns casais têm procurado o auxílio do coaching de relacionamento, com uma esperança de encontrar uma luz no fim do túnel, buscando uma solução para essa dificuldade.

O coaching de relacionamento vai direto nas questões como insegurança, a timidez, baixa autoestima, rejeição, a falta de comunicação entre o casal, quais são as atitudes quem tem provocado discursões e

inúmeros outros pontos que podem estar prejudicando o casal de forma obscura.

Os seres humanos nasceram para viverem que grupos, em sociedades, em família, e todos buscam este conceito, querem alguém para dividir as alegrias, tristezas, conquista e aumentar a família. Mas para estabelecer um relacionamento saudável fatores fundamentais devem ser aplicados entre o casal, por exemplo: amizade, carinho, respeito, bom humor, cumplicidade, saber entender os limites do parceiro, estabelecer um laço forte de confiança, sempre defender um ao outro e estar pronto a ajudar nos momentos difíceis.

Também existem questões que vão contribuir para o fim do relacionamento.

1. Faltar com respeito as diferenças do parceiro;
2. Irresponsabilidade de ambos;
3. Não dar ouvidos a opinião do outro;
4. Focar apenas nos erros do parceiro;
5. Sempre justificar seus erros e não aprender com eles;
6. Ser uma pessoa pessimista da relação;
7. Só levantar críticas do parceiro;
8. Sempre fazer o papel de vítima;
9. Não retribuir o carinho, o afeto e as preocupações;
10. Nunca ter tempo somente para os dois para passeios, viagens, um jantar, ou algo que venha fortalecer a relação e criar laços.

O propósito do coach de relacionamento é de transformar vidas e relações, apresentando formas e estratégias que intensifica uma comunicação padrão nos relacionamentos dos coachees, e também tentar mudar o padrão de relacionamento que por um acaso foi herdado dos pais, pois sabemos que existem filhos que de forma inconsciente acabam se espelhando nas atitudes dos pais quando eles ainda moravam com a família.

Procure sempre um bom profissional que domine o assunto.

3. COACHING ONTOLÓGICO

Ontologia é um estudo metafisico que se estuda o ser, que trata a natureza, realidade e a existências dos entes. No século XVll o conceito se separou da metafisica criando um estudo diretamente na compreensão do ser, o impulsiona suas decisões e comportamentos.

A partir daí, entende-se em teoria que todo ser humano possui diversas porções biológicas que interfere na visão de mundo, fazendo com que todas as pessoas tenham ponto de vista diferentes umas das outras.

A metodologia de coaching ontológico tem como objetivo propor ao coachee a capacidade de enxergar os elixires naturais fazendo-o olhar para o mundo de forma diferente, enxergar com outros olhos a realidade que o rodeia facilitando o processo de aprendizagem. O trabalho visa a mudança desses olhares e perspectivas que seriam negativas para o coachee, auxiliando nas melhorias estratégicas para que possa viver em uma realidade de sucesso, e de bem-estar. Conhecemos pessoas procrastinadas, sem objetivos na vida, sem saber qual é sua missão e como proceder na vida, pessoas sem objetivos e com pensamentos negativos de que fazer planos e perda de tempo. O profissional deve mostrar ao coachee que tudo na vida tem um proposito, buscar a felicidade e o bem-estar, faze-lo entender a importância da vida e como é importante andar em sintonia com ela.

3.1 COACHING PARA OS PAIS

Quando falamos de educação de filhos nos deparamos com um enorme desafio, cada ser humano tem suas próprias características e vontades. Pais já experientes na questão da criação dos filhos muitas vezes se deparam com situações que nem ele mesmo saberá como agir, claro, um filho nunca é igual ao outro. O coaching paternal tem se mostrado uma forma bem interessante na busca de estratégias para auxiliar na educação dos filhos e manter uma relação mais próxima com eles.

O próprio exemplo dos pais apresenta um resultado certeiro de como transferir para os filhos bons ensinamentos, os filhos se tornaram o que o pais são, para isso acontecer é preciso que os pais sejam para os filhos o que eles desejam que os filhos sejam. Assim seu futuro herdeiro se transformará em homem ou uma mulher responsável, de boa índole e gentil, tudo isso é adquirido através das boas atitudes dos pais no dia a dia. Sabemos que na teoria essas coisas dá a impressão de ser tudo muito fácil e simples, mas pelo fato de ser um grande desafio para os pais de estar presente a todo o tempo mostrando bons exemplos, não significa que toda essa estratégia seja impossível.

Por isso os pais estão recorrendo a ajuda de coaching paternal, uma metodologia dedicada para os pais que em alguns momentos se sentem perdidos com situações que eles se veem incapaz, ou mesmo para aqueles que desejam receber orientações e apoio profissional, isso pode fazer com que os pais se sentem mais seguros com sigo mesmo e consequentemente mais felizes, pais contentes é igual a filhos contentes. Vão crescendo conforme são cultivados, como as plantas.

3.2. COACHING PARA AS CRIANÇAS

Crianças e adolescente se diferenciam uma das outras, como foi falado anteriormente, cada ser humano adquire uma personalidade diferente uma da outra, cada um possuindo sua própria identidade.

Entre várias atitudes extravagantes que uma criança ou um adolescente pode adotar esta a automutilação. A automutilação é um fenômeno complexo, fruto das mudanças biológicas, psicológicos, culturais e sociais com maior prevalência nos adolescentes e crianças. Estudos mostram que a taxa de crianças e adolescentes que agridem seu próprio corpo como cortes, perfurações, queimaduras com cigarros, vem aumentando de forma alarmante passando a ser tratado como um problema de saúde pública.

O suporte familiar é indispensável nos processos que permitem os jovenzinhos passar por essa etapa de vida de forma mais saudável e equilibrada.

O coaching para as crianças chega com um processo eficaz para auxiliar a família durante esse processo que acaba trazendo um sofrimento para todos os membros do lar. O coach pode contribuir com o desenvolvimento da criança, conectando-a com as suas emoções ajudando a se expressar melhor e ter uma boa interação social, colocando em pratica seus talentos e auxiliando nos seus desafios. A terapia comportamental dialética oferece sessões durantes as semanas de forma individual por um período que pode chegar até um ano, o coach pode permanecer por 24 horas a disposição da família por telefone. O coach agi como seu orientador comportamental com o objetivo de ajudar a pessoa a encontrar formas mais equilibradas de responder ao estresse, como por exemplo, suportar a ânsia de se comportar de maneira autodestrutiva.

Deixando bem claro que, o processo de coaching não substitui a procura de um profissional médico, um psicólogo e um psiquiatra, e os tratamentos adequados conforme orientação médica nos graus mais elevados psicologicamente onde coloca a vida da criança e do adolescente em risco eminente a vida. O processo de coaching é um auxilio quando a criança ou o adolescente não está 24 com o médico profissional.

3.3. COACHING ESPIRITUAL

> As grandes transformações que se manifestam mais marcadamente no final do século XX (globalização de mercados, acirrada competitividade, transformações no trabalho, flexibilização, entre outras) contribuíram para o desenvolvimento de abordagens que conferem ao líder o papel de coach. Neste, há uma analogia com o papel de um treinador, de um preparador técnico, pois significa que o coach está direcionado tanto para resultados como para a realização pessoal, buscando fomentar a ética, os comportamentos e a excelência. (BITENCOURT et al; 2010, p.200).

O coaching espiritual chega trazendo algumas modalidades especificas e está sendo muito procurado por pessoas que desejam

profundamente mudanças de vida, sendo pessoais, na carreira, questões internas, relacionamentos, interação social. O coaching espiritual carrega técnicas e ferramentas que oferecem ao coachee uma realidade oportuna para o autoconhecimento. O coaching espiritual tem contribuído de forma positiva na vida de muitas pessoas.

O coaching espiritual não se trata de uma religião ou uma nova religião, ele está relacionado mais intimamente no equilíbrio e harmonia espiritual com objetivo de fazer a pessoa encontrar sua paz interior. O coaching espiritual está ligado diretamente na missão de vida de uma pessoa, na formação de valores suas crenças, e o anseio de colocar uma marca positiva na sua vida pessoal e profissional, chegar a um bem-estar completo.

Para terminar, citarei alguns benefícios que o coaching espiritual pode ofertar a pessoa que queira experimentar uma mudança positiva na sua vida espiritual.

- Sabedoria em suas emoções;
- Auto cura, se libertar dos pensamentos e sentimentos negativos;
- Liberar o perdão para si mesmo;
- Tem convicção que a pessoa possui uma imensa força interior;
- Fortalecer e colocar em pratica seus pensamentos positivos;
- Esquecer o que passou, deixar o passado no passado e começar a viver o hoje;
- Melhorar completamente seus relacionamentos;
- Desenvolver sempre a empatia.

Acreditar que você é capaz não vai partir da sociedade e dos grupos que você atua, essa fé de que você é capaz de qualquer coisa tem de nascer dentro da pessoa, ser cultivada até dar frutos, isso tem que se tornar uma verdade dentro de vc.

3.3.1. COACHING TEAN

Artigo: O COACHING E SEUS ESTILOS, ABORDAGENS, MODALIDADES E CONTEXTOS.
Autor: BRITO, Elton Gonçalves de. Págs. 31- 45

Uma nova metodologia que surge é o coaching tean, com objetivos de fazer o time funcionar de maneira efetiva, interagindo os participantes da equipe retificando os propósitos da organização, melhorando a qualidade dos colaboradores nos trabalhos que são realizados. Sessões de tean são realizados em grupos conforme a cada departamento da empresa, por exemplo o setor financeiro: As sessões são feitas em grupo com todos os colaboradores do setor financeiro.

Ao decorrer das sessões podem aparecer inúmeras dificuldades de relacionamentos e comunicações entre a equipe, criando uma oportunidade de resolver essas questões de forma profissional e objetiva. Esse tipo de metodologia traz resultados notáveis, estudiosos descobriram que o tean coaching traz um aumento positivo de 30% no desenvolvimento, produtividade e relacionamento da equipe, melhorando o ambiente de trabalho trazendo maior satisfação, é uma metodologia empregada que aumenta a performance de um determinado setor da empresa.

Pode ser aplicado também em todos os setores da empresa reunido em um só grupo, isso vai depender da estratégia da organização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O coaching está se fragmentando em inúmeras especialidades provocando um risco potencial de ser banalizado do próprio processo.

Lembrando que a metodologia do coaching é um processo de desenvolvimento pessoal e ou coletivo do ser humano, pois existem pessoas que geralmente necessitam ser incentivadas a conquistar um objetivo. Como se diz: "umas nasceram para incentivar e outras para serem incentivadas"

Para alguns especialistas, todos os dias acontecem atividades de coaching que os coach já chegam com as soluções prontas para seus coachees, trilhando por caminhos totalmente fora da ética e dos padrões da verdadeira atividade do coaching, isso coloca em risco a imagem dos

profissionais que investiram tempo, estudos, dinheiro para se tornarem capazes de prestar um bom serviço, esse sim, tratam essa atividade com ética e respeito.

Foi falado nesse artigo diferentes tipos de coaching e contextos, detalhamentos que para alguns estudiosos não parece contribuir para estabelecer um princípio geral que justifique dota essa fragmentação, essa enorme divisão dentro do coaching traz um risco real da profissão ser banalizada do próprio processo de coaching. Essa divisão desenfreada está dando espaço para gerar um embaraço nas empresas e nas pessoas, tornando-as confusas e desacreditadas no verdadeiro potencial destra metodologia.

Nos meados dos anos 2000 o coaching foi surgindo nos jornais e revistas e aos poucos conquistando seminários, palestras, fóruns, congressos chegando aos dias atuais em diversas formas e contextos, apresentando uma serie de especializações em quase todas as áreas da vida humana, e está presente em todos os cenários e setores da vida profissional.

Hoje, os entendidos do assunto, recomendam que antes de contratar um profissional de coaching os clientes devem fazer uma pesquisa, buscar informações, até mesmo de ex-clientes, e esclarecimento de qual maneira esse especialista conquistou essa posição, suas atitudes e o quanto ele tem ajudado positivamente as pessoas fazendo com ela conquistasse seus propósitos e objetivos.

REFERENCIAS

BITENCOURT, Cláudia; **Gestão contemporânea de pessoas**: novas práticas, conceitos tradicionais, Porto Alegre, 2010. p.200

CLARO, Marcela**. Os segredos do líder coach: quatro chaves para liderar pessoas e obter resultados extraordinários**. São Paulo, Editora Trevisan, 2013 p.26

Fontes:https://www.oficinadepsicologia.com/**mas-afinal-para-que-serve-o-coaching-parental/https://parentcoachingbrasil.com.br/tudo-sobre-parent-coaching/ coaching para os pais**

http://www.adrianamoraescoach.com.br/ **coaching de relacionamentos amoroso.**

https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29646**-registro-civil-2019-numero-de-registros-de-casamentos-diminui-2-7-em-relacao 2018:** MINISTÉRIO DA CIDADANIA Secretaria Especial do Desenvolvimento Social

https://crescimentum.com.br/**coaching-origem-e-significado**

https://ecolebrasil.com/**padrao-de-beleza-como-a-consultoria-de-imagem-incentiva-a-auto-aceitacao/ coaching para mulheres como superar os padrões da beleza.**

https://pt.wikipedia.org/wiki/Coaching. Origem: Wikipédia*,* **a enciclopédia livre**. **Coaching**

https://pt.wikipedia.org/wiki/**Ontologia coaching ontológico**

https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/**Coaching para crianças**

https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/**Coaching Tean**

https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/**coaching-espiritual-conheca-seu-conceito-e-seus-beneficios/ coaching espiritual**

https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching/**coaching-para-elas-superando-padroes-beleza/**

https://www.stopthebeautymadness.com/#StopTheBeautyMadness**:ASocial Change Campaign**

TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA: O USO DO SOFTWARE GEOGEBRA COMO RECURSO DIDÁTICO

MATOS, Elysson Daniel Viana[4]

RESUMO

O Presente artigo tem como objetivo apresentar e discutir uma proposta de ensino de matemática alinhada às novas tecnologias. Ao longo do tempo, o desenvolvimento gradativo das tecnologias e de seus equipamentos, vem proporcionando respostas às múltiplas necessidades do homem. Estes equipamentos tecnológicos têm sido cada vez mais acessíveis aos usuários domésticos, graças à cessação das fronteiras pela globalização, permitindo assim, o acesso aos equipamentos modernos, levando em consideração a acessibilidade e a facilidade de manuseio por parte de seus usuários. Diversos fatores cognitivos, psicológicos e pedagógicos contribuem para as dificuldades do ensino-aprendizagem da disciplina de matemática. Posto isto, a utilização de sistemas tecnológicos programáveis pode ser uma ferramenta na colaboração do processo de aprendizagem de matemática, enquanto recursos didáticos tecnológicos. Dessa forma, analisa-se o desenvolvimento de um sistema de educação associado à ferramenta *Geogebra* para facilitar o conhecimento matemático, colaborando na motivação dos alunos.

PALAVRAS CHAVE: Aprendizagem. Geogebra. Matemática. Tecnologia.

INTRODUÇÃO

As tecnologias da Informação e Comunicação estão presentes cada vez mais no cotidiano das pessoas. Com esse crescimento, diversos pesquisadores vêm estudando a melhor forma de aplicar essas tecnologias nas escolas, proporcionando aos alunos um contato com softwares e Hardwares, possibilitando o aprendizado das disciplinas de maneira mais lúdica.

Para Moran, Masetto e Behrens (2013) novos desafios estão surgindo para os educadores, levando em consideração as incontáveis maneiras de contextos de aprendizagem e com inúmeros materiais audiovisuais disponíveis. As tecnologias digitais e a internet são recursos que facilitam e contribuem na exploração de novas formas de assimilação, bem como na disponibilização de uma série de recursos tecnológicos acessíveis de maneira livre (programas gratuitos) para qualquer usuário.

[4] Graduado em Licenciatura em Física pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, Pós-Graduando em Educação em Ciências e Matemática pelo Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC. E-mail: elyssondanielvm@gmail.com

A produção de recursos tecnológicos, como por exemplo, os softwares livres, podem ser bem mais estudados, de modo a aproximar a realidade de cada sujeito ao contexto escolar, principalmente se conduzir essa produção às práticas pedagógicas, proporcionando assim, uma melhor adaptação dos métodos de ensino ao contexto tecnológicos atual. D'Ambrósio (2001) argumenta que as exigências por conteúdos novos são elevadas, fazendo-se necessárias novas abordagens, com a intenção de contemplar a criatividade e a cidadania. Deste modo, deve-se despertar para as novas perspectivas, envolvendo o uso das tecnologias digitais, pois estão presentes no cotidiano das pessoas.

Com os avanços tecnológicos, diversas práticas tornaram-se antiquados, e assim foram substituídas por processos mecanizados. Tal impacto é compreendido em diversas áreas, desde uma indústria que mecaniza a sua linha de produção para obter melhores resultados, até um editor de um livro eletrônico para facilitar o seu processo de criação. No início desse processo de automatização para as práticas profissionais e pessoais, se pensou que os computadores tomariam o lugar dos seres humanos, por alcançarem melhores resultados. Ocorreu que, as pessoas precisaram se adaptar a essas novas tecnologias, através de qualificações em diversos níveis, com o intuito de fazer com que as suas práticas fossem mais apropriadas às novas exigências do mercado (TAJRA, 2013).

Existem cinco disposições que, segundo Nóvoa (2009) são fundamentais para definir e nortear o perfil do atual professor: a cultura profissional, o trabalho em equipe, o conhecimento, o compromisso social e o tato pedagógico, com a finalidade de estimular novos métodos de formação de professores e mais adequados com aquilo que a sociedade espera. Para isso, é preciso que um primeiro passo seja tomado para que sejam criadas condições de contemplar as disposições apresentadas pelo autor, fazendo da escola um ambiente que seja favorável ao novo, a construções e descobertas.

Os recursos tecnológicos tem se tornado cada vez mais presentes nos processos de ensino e aprendizagem nas disciplinas de exatas, especialmente no ensino da Matemática. É fundamental que os professores identifiquem os problemas que venham a surgir para alguns estudantes, seja por dificuldades naturais ou por falta de compreensão do conteúdo, no qual a utilização de tecnologias está

disponível para a facilitação dos processos de ensino e aprendizagem. Desse modo, os professores precisam buscar aperfeiçoamento e atualização das suas metodologias para o melhoramento das aulas das disciplinas de exatas. (DIAS e RODRIGUES, 2014).

O aplicativo *GeoGebra* foi elaborado em 2011 por Markus Hohenwarter, sendo uma plataforma totalmente gratuita. A sua utilização é empregada em todos os níveis escolares, para auxiliar os professores nas disciplinas, deixando as aulas mais dinâmicas, despertando um maior interesse dos alunos e obtendo resultados satisfatórios. O *GeoGeobra* possui diversas ferramentas que auxiliam desde a representação geométrica e algébrica, até nas construções de gráficos, coordenadas e equações (GOMES, OLIVEIRA e DOMINGOS, 2013).

TECNOLOGIAS NO ENSINO DA MATEMÁTICA

Com o desenvolvimento das tecnologias digitais, diversas possibilidades foram criadas para diversificar as maneiras de ensinar e aprender. Apesar disso, Masetto e Behrens (2013), argumentam que não é certeza de que a utilização dessas tecnologias garante melhores resultados, tendo em consideração que a capacidade não advém dos recursos, mas sim das pessoas, a gestão escolar e o projeto pedagógico. A tecnologia é utilizada em todas as áreas da sociedade e progressivamente a sua necessidade se torna mais evidente, possibilitando novas formas de comunicação, gestão de negócios e a produção de informações. Da mesma maneira, deveria ser na educação, pois segundo Moran,Masseto e Behrens (2013), enquanto há transformação na sociedade e a experimentação de desafios complexos, a educação continua a ser trabalhado de maneira formal contínua, organizada de modo previsível, burocrático, repetitivo e menos atraente. De acordo com as ideias para D'Ambrósio (2012, p. 74), vivemos em uma era chamada de "sociedade do conhecimento", em que não existe mais justificativa para que a escola atual aborde conhecimentos "ultrapassados, obsoletos e constantemente mortos". Especialmente quando se refere à ciência e tecnologia. Desse modo, a escola deve ser integrada as expectativas e valores da sociedade, em relação a sua capacidade de organizar, difundir e gerar "conhecimento vivo", no qual só será possível mediante a utilização de das tecnologias na educação, pois o futuro dela será por meio da informática e comunicação.

No que se concerne ao uso das tecnologias no ensino da matemática, os primeiros trabalhos em sala de aula ocorreram no final da década de 90, atraídos principalmente pelo crescimento e popularidade da computação e internet. Posto isto, ocorreram muitos discursões para tentar criar estratégias que beneficiassem o uso das tecnologias na educação. Muitas dessas abordagens (Ferreira, Camponez e Scortegagna (2015). Muitas dessas abordagens decorreram pela utilização de planilhas eletrônicas e softwares matemáticos educacionais, logo depois já eram possíveis atividades com blogs, simuladores e realidade virtual e aumentada.

Na obra “Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática” Borba, Silva e Gadanidis (2015), apresentam uma organização cronológica bem produzida dos fatos que abrangem as tecnologias digitais na pedagogia matemática, dividindo-as em quatro diferentes etapas. Esta separação procura apresentar as pesquisas que foram desenvolvidas no Brasil este tema.

A primeira etapa, de acordo com segundo Borba, Silva e Gadanidis (2015) aconteceu na década de 80. Naquele momento existiam discussões sobre a utilização de computadores e calculadoras na educação matemática. Porém, o ponto principal desta etapa foi o uso de um software chamado *LOGO*, que tinha como objetivo teórico o construcionismo, que respaldava o seu uso pedagógico. Além disso, com o software *LOGO* era possível construir uma relação entre o pensamento matemático e a linguagem de programação.

Ao final dos anos 90 e início da década de 90, por meio do Ministério da Educação, o governo brasileiro desenvolveu um projeto denominado de EDUCOM, que tinha como finalidade possibilitar o estudo de pesquisas na exploração de novos métodos para o uso pedagógico do computador. Cinco universidades públicas participaram desta pesquisa, com o objetivo de desenvolver investigações a respeito do uso do computador no processo de ensino e aprendizagem (BORBA, SILVA e GADANIDIS, 2015 apud ALMEIDA, 2004).

A segunda etapa, representada por Borba, Silva e Gadanidis (2015) ocorre na primeira metade dos anos 90, com a propagação do uso dos computadores pessoas. Nesta etapa, segundo os autores, existiam vários posicionamentos a respeito do uso dos computadores na educação, que para muitos era algo ainda desconhecido, outros tinham alguma compreensão, mas não havia experiência e

para alguns não despertava o interesse. A verdade é que havia pessoas que vislumbravam a utilização das Tecnologias da Informação (TI) como novas formas de construir conhecimentos na educação. Em contrapartida, existiam aqueles que eram contra o uso da TI.

Borba, Silva e Gadanidis (2015) destacam ainda que na segunda etapa diversos softwares computacionais foram criados, por iniciativa dos governos, pesquisadores e empresas. Desse modo, os professores precisaram participar de cursos de formações continuadas, para que pudessem utilizar essas ferramentas em suas aulas. Podem-se destacar nesta etapa os softwares desenvolvidos para representações de funções, como o *Fun*, *Graphmathica* e *Winplot*. Na geometria o *Geometrichs*, o *Cabri Géometre* e o *Maple* nas representações algébricas. Posto isto, o grande destaque desses softwares não está nas suas interfaces de fácil acesso, mas sim, na sua natureza visual, experimental e dinâmica (BORBA, SILVA e GADANIDIS, 2015, p. 23).

A etapa três, sob o ponto de vista de Borba, Silva e Gadanidis (2015), ocorre ao fim dos anos 90. Nesta época, a internet começava a se popularizar, passando a ser utilizada como instrumento de informação na educação, como recurso viável nos cursos à distância na formação de professores e como meio de comunicação. É nesta etapa que surge os termos Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e TI, bem como diversas questões sobre a criação de cursos online de educação matemática. Muitas pesquisas e investigações sugerem que as diferentes interfaces produzam a essência da comunicação e a interatividade entre os usuários (professores, pesquisadores e/ou estudantes) e, em consequência disso, a natureza das concepções matemáticas é desenvolvida em ambientes online (BORBA, SILVA e GADANIDIS, 2015, p. 32).

Ainda na etapa três, os autores indicam que as tecnologias digitais, como por exemplo, a internet, tem a capacidade de proporcionar a interação virtual entre os seus usuários, promovendo uma sensação de intimidade. Ainda existem muitas características da etapa três em desenvolvimento, considerando seu processo evolutivo, as transformações e atualizações dos softwares construídos na etapa dois.

A quarta etapa iniciou em 2004, com novas perspectivas de conexão e velocidade da internet. Nesta etapa passa-se a utilizar a palavra Tecnologias Digitais (TD). A partir daí, muitos recursos foram atualizados para o uso das tecnologias no ensino da matemática. Essa etapa é caracterizada por um ambiente que, por ser bastante fértil a novas investigações e possibilidades, ainda precisa ser explorada. Apresenta um quadro de questionamentos e perguntas, que ainda precisam ser formuladas e respondidas.

Do ponto de vista de Scortegagna (2015) as tecnologias principais utilizadas atualmente, durante o processo de ensino e aprendizagem da educação matemática são os softwares como o *GeoGebra*, vídeos, jogos digitais, simuladores, planilhas eletrônicas e entre outros. A autora ainda indica que, haverá a adoção da educação hibrida ao qual passa por atividades presenciais e online, e continuamente será a vez dos simuladores, realidade aumentada e games e, por fim, a longo prazo as abordagens passarão por impressoras 3D e tecnologias mais avançadas, todas com o objetivo de serem aplicadas na educação.

Para adequar a escola aos meios tecnológicos é preciso modificar os métodos de ensino tradicionais que conduzem as práticas docentes e desenvolver estratégias que viabilizem novos métodos e práticas, que condizem ao contexto social e tecnológico dos alunos. Para isto, é necessário desenvolver novos conhecimentos na formação de professores, para que possa despertar uma cultura tecnológica que seja cotidiana e natural.

FORMAÇÃO TECNOLÓGICA DE DOCENTES

As transformações ocasionadas pelos avanços científicos e tecnológicos, especialmente nas últimas décadas, foram agentes causadores de novas práticas que, consequentemente, proporcionaram melhorias na maioria das profissões. No contexto educacional, podem-se perceber mudanças, mesmo em meio a diversas discursões sobre o que ainda precisa ser feito para mudar a realidade e melhorar a qualidade de ensino. É necessário que as mudanças ocorram de forma mais efetiva, dentro das escolas e que as tecnologias, com o apoio pedagógico, esteja constantemente presente nas práticas dos professores.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) existe uma constatação a respeito da presença das tecnologias nas atividades, a partir das mais comuns.

Deste modo, considera-se que a escola, assim como outras instituições, passa por um processo de desenvolvimento acelerado, tornando-se necessário o desempenho da sua função na “formação de indivíduos que possam exercer plenamente sua cidadania, participando dos processos de transformação e construção da realidade” (BRASIL, 1998, p. 138).

Tais mudanças pedem uma nova atitude dos professores, que agora são mediadores do conhecimento e não mais centralizadores. Entretanto, não é uma tarefa simples assumir esta nova postura, considerando que os alunos consomem mais as tecnologias do que os professores, o que pode gerar uma insegurança ou desconforto durante o processo de orientação das atividades.

Com base no cenário apresentado, é possível perceber que o processo formativo dos docentes também precisa ser tecnológico. De acordo com Tajra (2013), para que exista uma integração adequada das tecnologias no processo educativo, é preciso que haja o envolvimento em alguns conceitos e vivências, que primeiramente passam por conhecimentos pedagógicos, conhecimentos fundamentais da informática, a proposta pedagógica integrada à tecnologia, bem como a forma em que a aula será gerenciada em sala de aula quanto ao novo aluno e aos recursos propostos.

Suzuki e Rampazzo (2009) declaram que a formação continuada tem de auxiliar o docente no que se refere à utilização dos recursos computacionais, produzindo o conhecimento para o manuseio adequado do computador. Entretanto, com o avanço progressivo das tecnologias, podem surgir dificuldades no acompanhamento da evolução nas utilizações desses recursos na educação, causando um desestímulo do professor. As autoras ainda afirmam que “o professor precisa primeiramente dominar tal recurso para depois planejar novas propostas. Saber avaliar e selecionar os recursos é fundamental para que se construa uma proposta educativa” (SUZUKI e RAMPAZZO, 2009, p. 89).

A formação tecnológica e continuada é uma maneira de completar os espaços deixados na graduação, que ainda não estão aptos a suprir as novas necessidades da sociedade. As práticas e os conhecimentos devem sofrer constantes modificações e melhoramentos, para tal é preciso uma formação continuada efetiva. O professor tem o papel de agente passivo durante este processo, buscando

“reciclar-se” e “autoformar-se” de maneira contínua (TARDIF, 2014). De acordo com autor:

> Tanto em suas bases teóricas quanto em suas consequências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, de uma formação contínua e continuada. Os profissionais devem, assim, autoformar-se e reciclar-se através de diferentes meios, após seus estudos universitários iniciais. Desse ponto de vista, a formação profissional ocupa, em princípio, uma boa parte da carreira e os conhecimentos profissionais partilham com os conhecimentos científicos e técnicos a propriedade de serem revisáveis, criticáveis e passíveis de aperfeiçoamento (p. 249).

Os novos contextos da educação, orientadas pelo uso das ferramentas tecnológicas, devem ser compreendidas pelos professores, que devem identificar as oportunidades que estão ao seu alcance, bem como as incoerências. A formação tecnológica de professores precisa ser um caminho que aproxima e não distancia, proporcionando uma prática tecnológica na escola, novas ideias e prática, gerando resultados satisfatórios na prática do ensino.

Aponta-se o software *Geogebra*, como grande recurso tecnológico para ser utilizado em sala de aula. Suas características atuais fortalecem a sua capacidade de levar ao ambiente educacional novas perspectivas de abordagens de diversos conteúdos matemáticos. Para Matos e Araújo (2018) o software *Geogrebra*, possibilita a contextualização dos conteúdos trabalhados em sala de aula, estimulando os estudantes na investigação de conceitos e na criação de experimentos que dificilmente poderiam ser efetuados sem a contribuição desta ferramenta. Torna-se necessário conhecer e dominar os seus recursos durante o processo formativo e continuado, para que os professores de matemática possam se adequar a suas propostas pedagógicas.

O GEOGEBRA

A perspectiva de se trabalhar a geometria de maneira dinâmica só foi possível por meio do desenvolvimento de softwares educacionais com esta finalidade, até esse tempo a geometria era representada através de lápis, papel e régua. Com o dinamismo da geometria foi possível outorgar novas ideias ao processo construtivo das representações matemáticas, permitindo a produção de objetos virtuais,

provocando novas possibilidades na metodologia de construção do conhecimento matemático (BORBA, SILVA e GADANIDIS, 2015).

Dentre as várias ferramentas tecnológicas e educacionais voltadas ao ensino e estudo da Matemática dinâmica, ressalta-se aqui o software *Geogebra*, que segundo Basniak e Estevam (2014) é definido como “um software de Matemática dinâmica, gratuito e multiplataforma, que combina geometria, álgebra, tabelas, gráficos, estatística e cálculo em um único GUI (do inglês, Graphical User Interface, ou do português Interface Gráfica do Utilizador)”. Os dois autores ainda afirmam que, o *Geogebra* foi produzido por Markus Hohenwarter em 2001, determinando-se como um software livre, disponível de maneira gratuita na internet, através do site www.geogebra.org, para os mais diversos modelos de sistemas operacionais.

O software *Geogebra* foi produzido na linguagem Java, na qual é baseada na simulação de objetos geométricos, e foi elaborado com o objetivo de contribuir nas aulas de matemática. Esse software foi traduzido para vários idiomas, dentre elas o português brasileiro, e que nas palavras de Basniak e Estevam (2014) “possui uma interface amigável que facilita a criação de construções matemáticas e modelos que permitem explorações interativas, arrastando objetos e alterando parâmetros”.

Como aponta Borba, Silva e Gadanidis (2015) no decorrer dos anos o software *Geogebra* vem se destacando cada vez mais com um meio tecnológico inovador na educação matemática, percorrendo diversas ideias e conceitos.

A compressibilidade dos recursos desenvolvidos no *Geogebra* facilita na formação professores para o uso desta tecnologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que as tecnologias digitais fazem parte do cotidiano das pessoas e de maneira cada vez mais intensa. Os aplicativos e dispositivos utilizados possibilitam no acesso aos recursos diversos, desde documentos oficiais em formato digitais, até as redes sociais. A diversidade tecnológica e a sua facilidade de acesso favorecem no consumo destes recursos.

As tecnologias digitais são consumidas por alunos e professores na maioria das vezes em sua rotina escolar. Algumas estão disponíveis e presentes em diversas escolas, como o computador, a internet, os smartphones e outros mais. A partir da reflexão deste artigo foi possível constatar que, se torna cada vez mais

necessária o uso de tecnologias educacionais como ferramentas didáticas para a melhoria da qualidade de ensino.

A integração das ferramentas tecnológicas no âmbito escolar permite a produção de novas modalidades e novos métodos de ensino, de maneira, a atender os diversos estilos de estudantes, contribuindo na interação do professor com o aluno, e proporcionando um aprendizado diferente e alternativo.

Ainda dentro das melhores tendências da utilização das ferramentas tecnológicas voltadas para o ensino e aprendizagem da matemática elencamos o uso do software *Geogebra* como ferramenta facilitadora na atividade docente. É evidente a contribuição desta ferramenta para o desenvolvimento das aulas de matemática e geometria, pois a mesma auxilia na intepretação e reflexão baseado na visualização e construção que esta tecnologia oferece. Além disso, oferece a possibilidade de analisar cada informação de maneira visível, reforçando a explicação do professor em sala de aula, contribuindo e melhorando a compreensão dos alunos diante o objeto estudado.

Todavia, é fundamental que os professores de matemática e geometria realizem uma formação tecnológica e continuada, para proporcionar e contribuir no processo de ensino aprendizagem utilizando o software *Geogebra* como ferramenta metodológica e didática, desejando melhorar por meio da visualização, manipulação e composição do objeto a ser estudado, a aprendizagem qualitativa e significativa, e de modo algum substituindo o papel do docente de apresentar, explicar e dividir o conhecimento para os seus discentes.

REFERÊNCIAS

BASNIAK, Maria Ivete. ESTEVAM, Everton José Goldoni. **O GeoGebra e a matemática da educação básica: frações, estatística, círculo e circunferência**. Curitiba: Ithala, 2014.

BORBA, M. de C; SILVA, R. S. R.; GADANIDIS, G. **Fases das tecnologias digitais em Educação Matemática: Sala de aula e internet em movimento**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015 (Coleção Tendências em Educação Matemática).

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática / Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC / SEF, 1998.

D´AMBRÓSIO, U. **Educação para uma sociedade em transição**. 2ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2001.

DIAS, J. C. S.; RODRIGUES, M. A. R. **O Uso de Tecnologias no Ensino da Função Afim**. Matemática, Mídia Digitais e Didáticas. Porto Alegre, p. 1-20. 22 jul, 2014.

FERREIRA, Esmênia F. P.; CAMPONEZ, Liliane G. B.; SCORTEGAGNA, Liamara. **Integração das Tecnologias com o Ensino da Matemática: transformações e perspectivas no processo de ensino e aprendizagem**. Disponível em: < http://www.ufjf.br/emem/files/2015/10/INTEGRA%C3%87%C3%83O-DASTECNOLOGIAS-COM-O-ENSINO-DA-MATEM%C3%81TICATRANSFORMA%C3%87%C3%95ES-E-PERSPECTIVAS-NO-PROCESSO-DEENSINO-E-APRENDIZAGEM.pdf>. Acesso em: 18 de out. 2021.

GOMESL, M. F.; OLIVEIRA, A. M. B.; QUEIROZ, N. D. S. **O GeoGebra Como Ferramenta de Suporte no Processo de Ensino – Aprendizagem Envolvendo Conceitos e Cálculos de Aréa de Figuras Planas**. 7ª Jornada Acadêmica 2013. Santa Helena de Goiás, p. 1-5. Nov, 2013.

MASETTO, Marcos T. **Competência pedagógica do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2003.

MATOS, Débora da Silva; ARAÚJO, Taiane de Oliveira Rocha. **Tecnologia auxiliadora: GeoGebra como meio de concretizar o conhecimento abstrato.** In: I Jornada Baiana de Tecnologias Digitais no Ensino - Vitória da Conquista, 2018. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/jbtde/trabalho/57642>. Acesso em: 18/10/2021 às 22:06

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª ed. Campinas: Papirus Editora, 2013.

NÓVOA, Antônio. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Revista de Educación, vol. 350. 2009. Disponível em: http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf. Acesso em: 18 de out. 2021.

SCORTEGAGNA. L. **Informática na Educação**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

SUZUKI, Juliana T. F.; RAMPAZZO, Regina F. **Tecnologia em educação**: pedagogia. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

TAJRA, Sanmya Feitosa. **Informática na educação**: novas ferramentas pedagógicas para o professor na atualidade. 9ª ed. São Paulo: Érica, 2013.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

A INFLUÊNCIA DO PROJETO ESCOLA CONSCIENTE NO RESÍDUO SÓLIDO URBANO COLETADO EM VERANÓPOLIS - RS

BOEIRA, Luana[5]
BERTOLA, Liliana Martino[6]

RESUMO

A formação das cidades gerou um ambiente propício ao progresso cultural, tecnológico e o aumento populacional. Assim, podemos dizer que a "produção de lixo" é tão antiga quanto as cidades. A reciclagem é uma das alternativas para minimizar essa problemática. Porém, o material que chega na Associação depende da coleta seletiva, que por sua vez depende da consciência da população na segregação de seus resíduos. Para isso a ONG AMMA criou o projeto Escola Consciente com objetivo de estimular a conscientização da comunidade escolar buscando uma maior eficiência na separação dos resíduos no município. Este estudo objetivou avaliar a influência do Projeto sobre o resíduo sólido urbano coletado em Veranópolis. Nele constatou-se que os RR provenientes das escolas eram superiores em limpeza e não contaminação com resíduos orgânicos, também se obteve 1% de aumento na média total de recolhimento anual no município. A partir da avaliação dos resultados concluiu-se mesmo assim, que a população de Veranópolis continua a não ter o hábito de separar o resíduo sólido urbano sendo relevante a criação de um programa de Educação ambiental continuo na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Resíduo Sólido Urbano. Resíduo Reciclável. Educação Ambiental.

1. INTRODUÇÃO

Resíduo é um subproduto comum gerado a partir de qualquer processo. Com o surgimento dos primeiros núcleos urbanos na Mesopotâmia e no Egito há 4000 a.c. não foi diferente (ABIKO et al., 1995). A formação das cidades gerou um ambiente propício ao progresso cultural, tecnológico e o aumento populacional. Assim, podemos dizer que a "produção de lixo" é tão antiga quanto as cidades.

Entretanto, lixo é um termo subjetivo, no Dicionário Brasileiro Globo (1997) Fernandes et al. define como qualquer material sem valor ou utilidade para alguém, ou detrito oriundo de trabalhos domésticos, industriais etc. que se joga fora.

[5] Bacharela e Licenciada em Ciências Biológicas pela UCS - Universidade de Caxias do Sul – RS, E-mail: lu.boeira@outlook.com

[6] Graduada pela UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais, Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,. E-mail: professoraliliana@faculdadesouza.com.br

Até o século XVIII antes da Revolução Industrial o resíduo sólido urbano (RSU) era basicamente orgânico, o que não deixou de ser um problema para a Europa no século XIV quando foi assolada pela peste bubônica decorrente da superpopulação de ratos nos centros urbanos devido a ignorância dos malefícios da não destinação adequada dos resíduos gerados na época (BATISTELLA, 2007).

Desde então, países desenvolvidos produzem mais RSU por habitante porque têm níveis mais elevados de consumo e também há uma redução gradual dos componentes orgânicos no mesmo, consequentemente, aumentando a fração dos rejeitos e resíduos recicláveis (RR). Segundo o Senado Federal em reportagem da revista eletrônica Em Discussão! (2014), as nações desenvolvidas, consomem mais de 60% de todas as matérias-primas industriais, mas respondem por apenas 22% da população mundial. No ranking liderado pelos norte-americanos, quatro nações em desenvolvimento (China, Brasil, Índia e México) aparecem entre os dez maiores produtores de resíduos sólidos (RS).

Nos termos da Lei Federal nº 12.305/10, a definição de resíduos sólidos é: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, (...).

De todo RS produzido no mundo o gerado pela agricultura é em sua maioria orgânico, ou seja, acaba voltando para a cadeia produtiva, o das fábricas acabam tendo maior controle através de políticas públicas e fiscalização, já o RSU (doméstico) acaba sendo mais problemático devido a diversidade e mistura. Como observaram Scheneider & Peresin (2008) no trecho a seguir:

> Os produtos e materiais resultantes dos ciclos de produção e consumo, incontestavelmente resultam em resíduos. A quantidade e tipos de resíduos sólidos urbanos gerados são influenciados principalmente pelo nível educacional, fatores culturais e poder aquisitivo, dentre outros. O sistema de gerenciamento dos

> Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) depende de uma série de variáveis dentre as quais a de maior impacto é a segregação, uma vez que recebe a participação da população no sistema.

Como todo problema gera uma oportunidade, em sociedades onde há grande desigualdade econômica, o lixo (como descreveu-se anteriormente, termo muito subjetivo) precisamente a fração reciclável, serve como sustento para muitos brasileiros. As primeiras notícias de pessoas que se sustentavam do RSU no país datam de 1806. Contudo, só a partir da década de 80, os catadores começaram a se organizar em associações e cooperativas para melhorar sua inserção na sociedade (SENADO FEDERAL, 2014).

Os catadores e sucateiros são os principais agentes ambientais na coleta seletiva do Brasil (DEMAJOROVIC, 2019), não por acaso a Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS) tem um forte apelo social como pode-se constatar no § 8º. do art. 6º, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

No ano de 2017 em Veranópolis, cidade onde foi realizado este estudo havia uma dessas organizações chamada Associação de Recicladores Solidários Fonte de Esperança (ARSFE) criada em 25 de maio de 2006 (CONSULTAS.PLUS, 2021).

A Lei também orienta uma hierarquia definindo a ordem de prioridade nas soluções disponíveis para os RS:

> **Art. 9º** Na gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. (BRASIL, 2010)

Uma das prioridades, nesse sentido, é a reciclagem – entendida como o processo de transformação de resíduos que envolve a alteração de propriedades físicas, físico-químicas ou biológicas e que dá origem a novos insumos ou novos produtos (ABRELPE, 2019). Porém a qualidade e quantidade do material que chega na Associação depende da coleta seletiva feita na cidade, que por sua vez depende da consciência da população na segregação de seus resíduos. Como instrumento para aflorar essa reponsabilidade cidadã a PNRS prevê a Educação Ambiental, dentre outras.

Com este intuito a organização não-governamental (ONG) Agentes Multiplicadores do Meio Ambiente (AMMA) em parceria com Prefeitura Municipal de Veranópolis criou o projeto Escola Consciente – promovendo a sustentabilidade através da Educação Ambiental, o qual teve como objetivo: estimular a conscientização socioambiental da comunidade escolar buscando uma maior eficiência na separação correta e prudente dos resíduos no município.

À vista disso, objetivou-se com este estudo avaliar a influência do Projeto sobre o resíduo sólido urbano coletado em Veranópolis.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

O município de Veranópolis situa-se no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, na Serra Gaúcha a 170 km da capital Porto Alegre. Conforme estimativa do IBGE (2021) em 2020 possuía uma população de 26.533 habitantes. É o 9º no Índice de Desenvolvimento Socioeconômico no Estado segundo a Fundação de Economia e Estatística (PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VERANÓPOLIS, 2021). A economia em sua maioria (69,43%) é constituída por indústrias de transformação (SEBRAE/RS, 2020).

2.2. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

A ação teve início em março de 2018 com a participação da presidente e os voluntários da Ong AMMA divulgando o regulamento da iniciativa em todas as escolas de ensino básico da rede pública e privada do município e na imprensa local.

Nas escolas as normas, juntamente com as instruções de como efetivamente separar o resíduo doméstico, foram anunciadas a partir de convocação geral dos alunos nos pátios ou auditórios. A Ong disponibilizou-se a dar treinamentos sempre que a direção das instituições julgou necessário.

O escopo da iniciativa foi uma competição de recolhimento de RR entre as escolas, que tinham uma meta em número de bags conforme o número de alunos. Havia um sistema de pontos onde a quantidade de RR dentro do bag era considerada completo, incompleto ou vazio, além disso, eram avaliadas as condições dos RR como limpo ou contaminado, conforme Tabela 1. A pontuação dar-se-ia conforme anotações na planilha de coleta feita por um responsável da Ong AMMA, juntamente com o responsável da Escola, no final de cada trimestre.

Tabela 1 – Regras aplicadas ao sistema de metas para coleta e pontuação no projeto Escola Consciente.

		Condição	**Pontos**
Meta de bags por escola		Meta completa	+100
até 100 alunos	1 bag	Meta incompleta	-10
de 101 até 250 alunos	2 bags	Meta vazia	-20
251 até 400 alunos	3 bags	Material limpo	+20
acima de 400 alunos	4 bags	Material contaminado	-20
		Bag adicional	+10

Fonte: elaboração da autora.

As escolas foram premiadas de duas formas. Primeira: a cada seis coletas (um trimestre), foram avaliadas as pontuações. As escolas que

tivessem somado no mínimo seiscentos pontos, receberam a premiação de R$ 200,00. Segunda: a premiação de final de ano no valor de R$ 3.000,00 fez-se para cada uma das três escolas que mais pontuaram durante o ano. Esta pontuação foi equivalente à soma dos pontos extras mais a pontuação dos três trimestres.

Destinou-se todo RR coletado nas escolas para a Associação dos Recicladores da cidade.

2.3. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, exploratória e investigativa. Qualitativa uma vez que busca descrever preliminarmente se houve melhora na qualidade dos RR enviados para Associação. Exploratória por avaliar a relevância da educação ambiental na ação dos discentes em separar seus resíduos domésticos. Também investigativa propondo soluções para minimizar o problema.

2.4. FONTES E TÉCNICAS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados para pesquisa foram reunidos diretamente nas instituições responsáveis, já que se realizou o estudo após o período de aplicação do Projeto. A Prefeitura Municipal de Veranópolis cedeu as quantidades totais dos RSU recolhidos em coleta regular e seletiva entre os anos de 2017 a 2020. A Ong AMMA, as informações do projeto Escola Consciente - período competitivo em 2018 e 2019. E outros pareceres foram obtidos através de entrevista com uma das Sócias da ARSFE.

Após a coleta, todos os dados foram registrados e tabulados em uma planilha Excel. Neste software também foram feitos todos cálculos e gráficos apresentados nos resultados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A média da geração total de RSU em Veranópolis entre os anos de 2017 a 2020 foi de 5.837 t/ano, como mostra a linha pontilhada no gráfico da Figura 1. Sendo que o coeficiente de variação dos dados foi de 2%, o que caracteriza uma amostra homogenia. Essa homogeneidade

pode indicar uma padronização nos hábitos de consumo da população ao longo desses quatro anos.

Além disso, nos três primeiros anos apresentados percebe-se um crescimento na geração de RSU no município, acompanhando as estimativas realizadas no Panorama de Resíduos Sólidos do Brasil 2020 pela ABRELPE (2020) com ano base de estudo em 2019. Já o decréscimo ocorrido em 2020 evidencia a baixa no consumo da população e consequente diminuição no descarte de resíduos impactado pela pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, onde inúmeros processos produtivos foram afetados pelas medidas sanitárias, paralisação ou redução das atividades e elevou problemas de geração de renda, desemprego e pobreza (NEPOMOCENO, 2021).

Conforme os dados fornecidos pelas empresas prestadoras de serviços de limpeza urbana e coleta de resíduos para o Manejo dos Resíduos Sólidos Urbanos – 2019 (SNIS, 2019), a cobertura de coleta de resíduos sólidos domiciliares em Veranópolis atingiu a taxa de 96,39%, o Brasil 75,57% e a região sul 72,53%. Isso demonstra que a quantidade total de RSU do município apresentado no gráfico está muito próxima do valor real de geração.

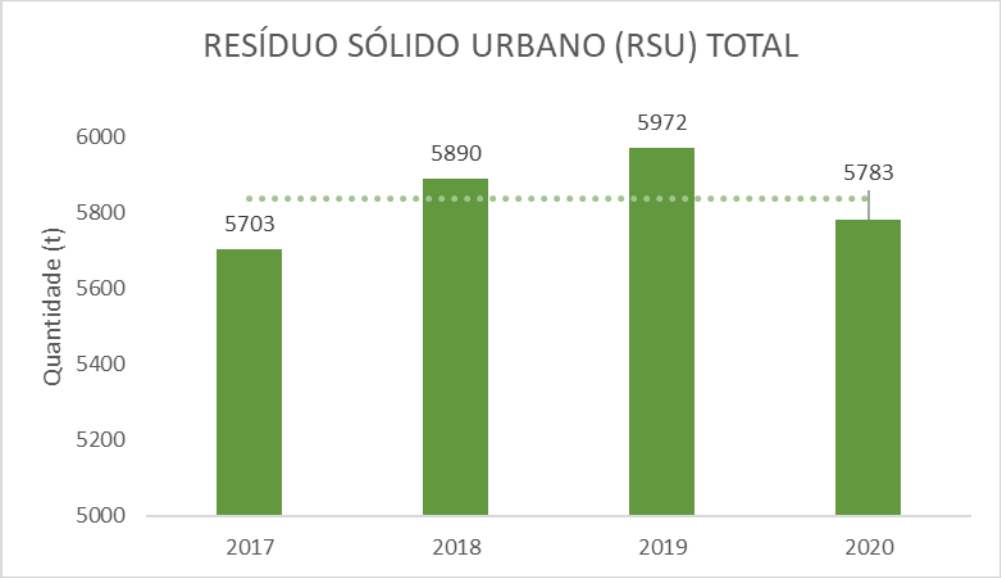

Figura 1: Gráfico do RSU coletado por ano em Veranópolis.
Fonte: elaborado pela autora.

Em termos de geração de RSU per capita, conforme ABRELPE (2020) no Brasil 379,2 Kg/hab/ano e 348,9 Kg/hab/ano coletado, na região sul os valores foram de 277 e 264,6 respectivamente. Ainda neste documento relata-se que de todas as cinco regiões do país a sul apresentou a geração per capita mais baixa, a maior foi a sudeste com 449,7 Kg/hab/ano. Veranópolis manteve-se com uma média de 223,9 Kg/hab/ano nos últimos quatro anos (Tabela 2). Estas diferenças podem ser atribuídas à cultura e economia específicas do município.

Tabela 2: Geração de RSU per capita coletado em Veranópolis – RS.

Ano	Kg/hab/dia	Kg/hab/mês	Kg/hab/ano
2017	0,62	18,61	223,31
2018	0,63	18,92	227,10
2019	0,63	18,97	227,58
2020	0,60	18,13	217,50
MÉDIA	**0,62**	**18,66**	**223,87**

Fonte: elaborado pela autora.

Não houve variação significativa na quantidade per capita de geração por dia da cidade nos últimos quatro anos. A média 0,62 Kg/hab/dia ficou abaixo da apresentada no Brasil de 0,99 Kg/hab/dia (SNIS, 2019).

Segundo o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) a composição gravimétrica dos resíduos dos municípios abrangidos pelo Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Serra Gaúcha – CISGA fez-se com base no diagnóstico dos RSU e nos dados da população dos municípios, deste modo foram criadas faixas de

grupos, onde Veranópolis enquadrou-se nas porcentagens dispostas no gráfico da Figura 3 a seguir:



Figura 2: Gráfico da composição gravimétrica dos RSU em Veranópolis.
Fonte: elaborado pela autora.

No município todo RR proveniente de coleta seletiva é transportado para a ARSFE. Com a porção reciclável do RSU sendo de 20%, a cidade tem um potencial de 1.167 t/ano coletado para triar e retornar para o ciclo produtivo. No entanto, percebe-se no gráfico da Figura 3 que a média representada pela linha pontilhada é de 628 t/ano. Este desequilíbrio origina-se da não segregação dos resíduos na fonte geradora fazendo com que esse material seja contaminado e destinado para aterro sanitário. Essa prática foi descrita no livro "Os bilhões perdidos no lixo" sobre a cidade de São Paulo, afirmando que bilhões de reais se encontram em Aterros e estando lá, dificilmente serão resgatados (CALDERONI, 2003).

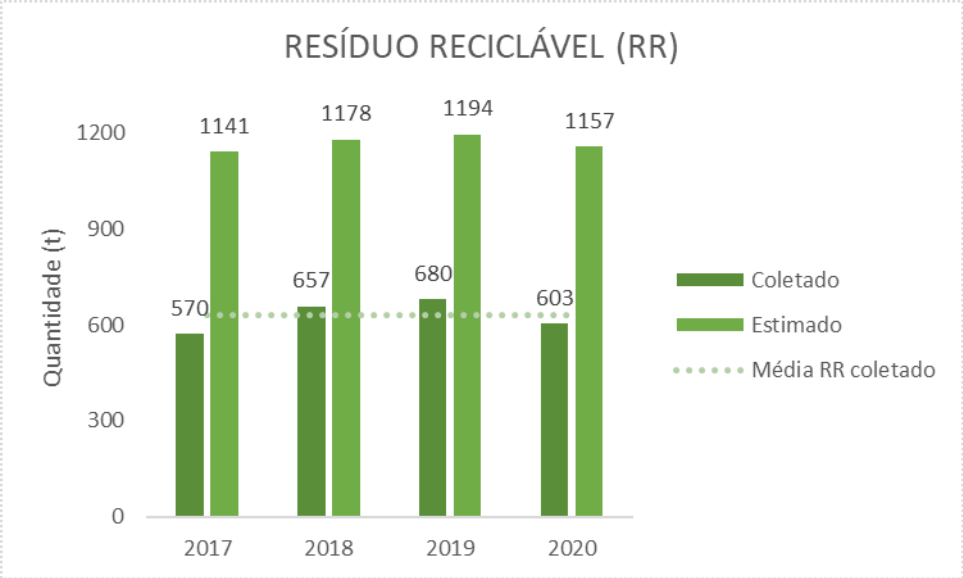

Figura 3: Gráfico comparativo RR coletado x RR estimado em Veranópolis.
Fonte: elaborado pela autora.

Enfim o projeto Escola Consciente – promovendo a sustentabilidade através da Educação Ambiental estava previsto para o ano letivo de 2018, todavia devido aos ótimos resultados estendeu-se por todo ano letivo de 2019. Em 2020, devido a pandemia de Covid-19, as arrecadações continuaram em cinco escolas, porém sem objetivar pontuação, apenas incentivando os alunos a continuarem com o hábito adquirido de separação dos resíduos em suas casas.

Ao todo doze escolas aderiram ao projeto nos primeiros dois anos, dessa forma impactou-se em média por ano 3.000 alunos da educação básica pública e particular.

O valor das premiações feitas durante o período competitivo do Projeto somou R$ 33.400,00 pagos pela Ong AMMA, que monetizou através de parcerias com o setor privado.

A quantidade de RR coletado nas escolas está apresentada na Figura 1. Segundo a ONG AMMA a meta no início do projeto era coletar 11 toneladas de resíduo reciclável em perfeitas condições de triagem. O

resultado no primeiro ano foi de seis vezes mais, o que confirma o sucesso da ação.

Isso comprava a eficácia da ferramenta educação ambiental que é definida no art. 1º da Lei 9.795/99 como "os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, (...), essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade" (BRASIL, 1999).

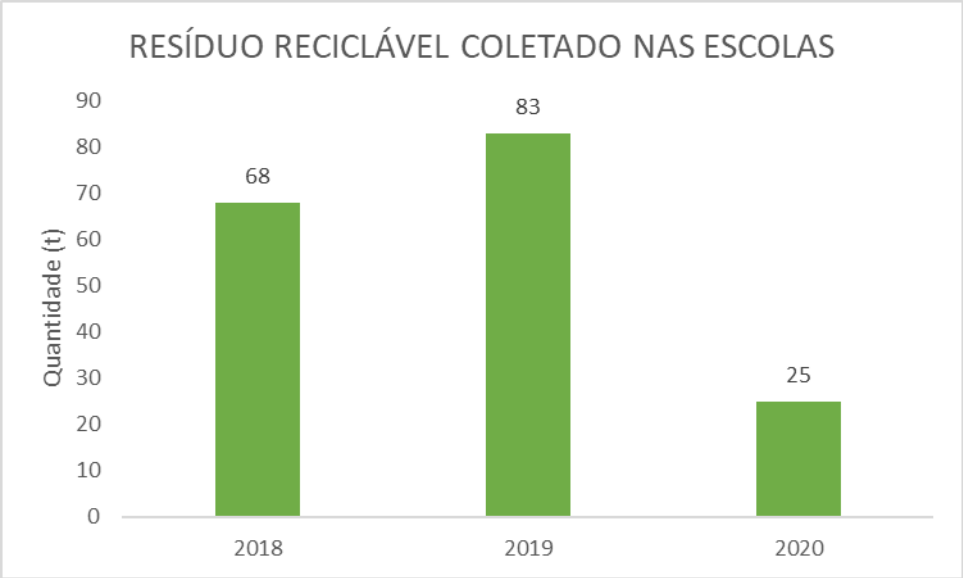

Figura 4: Gráfico de RR coletados nas escolas.
Fonte: elaborado pela autora.

As barras do RR coletado na Figura 3 já estão com os valores coletados pelo Projeto somados. Esses números corresponderam a 1% de aumento na média total de recolhimento anual no município, o que é um avanço pouco significativo visando a solução da má destinação deste material.

Porém em 29 de outubro de 2019 formalizaram-se mais duas associações na cidade: a Associação dos Recicladores Braço Forte Mão Amiga e a Associação dos Recicladores Além do Horizonte. Essas

juntamente com a Associação dos Recicladores Solidários Fonte da Esperanças foram transferidas pela Prefeitura Municipal de Veranópolis para um novo pavilhão onde atuarão lado a lado.

Em entrevista com uma das sócias da ARSFE entendeu-se que os resíduos provenientes das escolas foram de excelente qualidade, apresentando uma mínima porcentagem de rejeitos. Ela relatou que a principal dificuldade dos trabalhadores é a má segregação por parte da população. Disse ainda que é comum de cada doze bags de RSU que chegam na Associação ser retirado um de material apto para venda. E lamentou por o RR proveniente das escolas não impactar grandemente na renda final dos associados.

4. CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Devido o levantamento de dados ter sido feito em diversas instituições e posteriormente ao período de aplicação do projeto, não houveram informações suficientes para suportar análises estatísticas mais robustas, podendo-se perceber o quão dificultoso é a aplicação deste tipo de análises para pesquisa na área de RSU.

Dentro das associações de recicladores tem-se o controle apenas do RR que é vendido, não havendo um monitoramento do RSU que entra e também nem por parte da prefeitura.

Constatou-se por meio de entrevista com uma associada que os RR provenientes das escolas eram superiores em limpeza e não contaminação com resíduos orgânicos. Apesar disso, não se percebeu melhora nos resíduos vindos da coleta seletiva.

Bem como em quantidade obteve-se 1% de aumento na média total de recolhimento anual no município, o que é um avanço pouco significativo visando a solução da má destinação deste material.

No entanto, o projeto alcançou o objetivo de estimular a conscientização socioambiental da comunidade escolar buscando uma maior eficiência na separação correta e prudente dos resíduos no município.

Concluiu-se neste estudo que a população de Veranópolis continua a não ter o hábito de separar o resíduo sólido urbano, seja por falta de informação ou incentivo. Identificou-se assim a relevância de um programa de Educação ambiental continuo que possa contribuir para a conscientização dos jovens, mas também da comunidade como um todo.

Agradecemos a organização não-governamental Agentes Multiplicadores do Meio Ambiente que colaborou com o fornecimento dos dados para realização deste trabalho. A Prefeitura Municipal de Veranópolis que se pôs à disposição para colaborar com informações para pesquisa. E a paciência e atenção da associada Katilene da Associação de Recicladores Solidários Fonte de Esperança que cedeu seu tempo para colaborar com este estudo.

REFERÊNCIAS

ABIKO, Alex Kenya et al. **Urbanismo:** história e desenvolvimento. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo Departamento de Engenharia de Construção Civil. São Paulo, 1995.

FERNANDES, Francisco et al. **Dicionário Brasileiro Globo**. 48 ed. São Paulo: Globo, 1997.

BATISTELLA, Carlos. **Saúde, doença e cuidado:** complexidade teórica e necessidade histórica. In: O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV, Fiocruz; 2007. p. 25-49.

BRASÍLIA: Senado Federal, Secretaria de Comunicação Social. In: **Em Discussão! :** os principais debates do Senado Federal, v. 5, n. 22, set. 2014., 09/2014.

BRASIL, Lei N° 12.305 de 02 de agosto de 2010 - **Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)**.

SCHNEIDER, Vania E.; PERESIN, Denise. Geração de Resíduos Sólidos Urbanos no município de Caxias do Sul: uma análise da eficiência da segregação em diferentes classes sociais. In: **Congresso Internacional de Tecnologias para o Meio Ambiente**, 1, 2008, Bento Gonçalves. Anais eletrônicos. Bento Gonçalves: FIEMA, 2008. Disponível em: < https://siambiental.ucs.br/congresso/getArtigo.php?id=10&an o=_primeiro> Acesso em: 05 nov. 2021.

DEMAJOROVIC, Jacques; LIMA, Márcia. **Cadeia de reciclagem: um olhar para os catadores.** Editora Senac São Paulo, 2019.

CONSULTAS.PLUS. **Associação de Recicladores Solidários Fonte de Esperança (ARSFE), 2021.** Disponível em: <https://consultas.plus/lista-de-empresas/rio-grande-do-sul/vera nopolis/08054945000106-associacao-de-recicladores-solidarios-fonte-da-esperanca-arsfe/>. Acesso em: 01 nov. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2020.** São Paulo: ABRELPE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo demográfico 2021.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/veranopolis/ panorama> Acesso em: 02 nov. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VERANÓPOLIS. **Dados de Veranópolis, 2021.** Disponível em:<http://www.veranopolis.rs.gov.br/cidade/4/dados-de-veranopolis>. Acesso em: 01 nov. 2021.

SEBRAE/RS. **Perfil das cidades gaúchas – Veranópolis, 2020.** Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Veranopolis.pdf> Acesso em: 02 nov. 2021.

NEPOMOCENO, T. A. R.. **Efeitos da pandemia de covid-19 para a agricultura familiar, meio ambiente e economia no Brasil.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 7, n. 21, p. 86–96, Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/ revista/article/view/461>. Acesso em: 7 nov. 2021.

BRASIL. Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento. **Manejo dos resíduos sólidos urbanos - 2019.** Brasília: SNIS, 2019.

CALDERONI, Sabetai. **Os bilhões perdidos no lixo.** 4. ed. São Paulo: Editora Humanitas, 2003.

BRASIL, Lei Nº 9.795 de 27 de abril de 1999 – **Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA).**

4. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E QUALIDADE DE VIDA

SILVA, Mikaelli Andrade da[7]

RESUMO

A qualidade de vida (QV) é extremamente importante para os seres vivos e a conservação do ecossistema natural é um dos fatores que contribuem na mensuração deste quesito, podendo aumentar e também diminuir a QV. A educação ambiental tem como intuito contribuir com o ensino a valorização da vida, com métodos e maneiras diferentes dos convencionais, buscando a menor degradação ambiental. A sustentabilidade é relacionada com equilíbrio entre a disponibilidade dos recursos naturais e a exploração deles por parte da sociedade. Sendo assim, é fundamental na promoção da QV, e está relacionada diretamente com a manutenção do meio ambiente. Tais conceitos são essenciais para que o ser humano saiba cuidar do meio ambiente e para isso, temos a educação ambiental. Este artigo tem como intuito elucidar a importância da educação ambiental, como esta impacta a forma das pessoas se relacionarem com o meio ambiente, contribuindo para um uso mais consciente e correto dos recursos naturais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Ambiental. Qualidade de Vida. Sustentabilidade

5. INTRODUÇÃO

Os registros que datam o início da discussão que abrange o meio ambiente e mostrou uma preocupação e a importância de conscientização sobre o cuidado e utilização dos recursos do mesmo, além do termo de "Educação Ambiental", ocorreu em um encontro da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN). Com o passar dos anos, essa frente ganhou força e na Conferência de Estocolmo, em 1972, este tema foi inserido na agenda internacional (BEZERRA, 2016).

Em seguida, em um próximo evento realizado no ano de 1977, que foi a 1ª Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, na antiga União Soviética, definiu-se que "educação ambiental é processo permanente, onde, tanto as pessoas quanto a comunidade, tornam-se ambientalmente conscientes" (DIAS, 2000, p. 92). Compreendeu-se, portanto, que para tornar as pessoas mais conscientes de seus atos frente

[7] Graduada em Gestão Pública, Graduando Gestão Ambiental. E-mail: mikaelli.andrade6@gmail.com

ao meio ambiente, é necessário nutri-las com um conjunto de itens, que são: conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação. Desta forma, ambos estarão capazes de atuar individual e coletivamente, para resolver os problemas ambientais atuais e futuros.

No Brasil, em 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas, sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente, que gerou o Tratado de Educação Ambiental. Neste documento, contém princípios fundamentais da educação para sociedades sustentáveis, além de estabelecer relações entre as políticas públicas de educação e a sustentabilidade, apontando princípios e um plano de ação para educadores ambientais (CAPELA TOZI, 2017).

No Brasil e nos países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), define-se educação ambiental como abordagem de conteúdos e práticas da educação, voltados para a resolução de problemas ambientais específicos, utilizando uma abordagem interdisciplinar e da participação ativa e responsável de cada indivíduo e comunidade (DIAS, 2000).

A degradação do meio ambiente tem tido um aumento intenso nos últimos anos, em ritmo acelerado, devido a apropriação dos seres humanos e o não cuidado correto com os recursos naturais. Estes danos devem ser minimizados em tempo, para que, não prejudique e não haja uma escassez de recursos para as próximas gerações (PELICIONI, 1998). Sendo assim, de forma a conscientizar a população, a educação ambiental tornou-se uma prática importante e foi inserida no dia a dia das pessoas, até mesmo em escolas, buscando trazer a compreensão sobre o desenvolvimento sustentável do meio ambiente, a utilização de recursos naturais de forma correta e como isso se relaciona com a qualidade de vida (QV). A qualidade de vida está totalmente relacionada à preservação e respeito ao meio ambiente (MAZETTO, 2000).

Diante do exposto, compreende-se que a educação ambiental tem relevância e é determinante no quesito de construção de valores e atitudes. Tendo orientação correta, os seres humanos desenvolvem

consciência e buscam, todos os dias, conscientizar-se de tomar atitudes corretas frente ao meio ambiente. Nesse sentido, este trabalho foi desenvolvido buscando elucidar como a qualidade de vida e a educação ambiental se relacionam.

6. QUALIDADE DE VIDA

O conceito entorno das palavras qualidade de vida, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), diz sobre "a percepção de um indivíduo sobre sua posição de vida no contexto da cultura e sistemas de valores em que vive, bem como em relação a seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações" (OMS, 1998, p. 102). Essa definição mostra visões sobre a qualidade de vida como uma avaliação subjetiva que possui dimensões positivas e negativas e é sustentada por contextos culturais, sociais e ambientais.

O bem-estar é uma forma de descrever o quão satisfeitos indivíduos ou grupos de pessoas estão com suas necessidades básicas. Isso se expressa por meio de indicadores sociais específicos e objetivos, como taxa de desemprego, densidade populacional e outros resumos subjetivos baseados em informações coletadas diretamente das pessoas que compõem a população pesquisada. Incapacidade de separar a qualidade de vida do comportamento dos indivíduos e da sociedade, decorrente de seu desenvolvimento organizacional e cultural. Essa expressão descreve o grau de satisfação dos seres no que tange a questões fundamentais relacionadas a vida. A QV é expressada em indicadores, como taxa de desemprego, densidade populacional e afins (PELICIONI, 1998; SOUZA, 2012).

Forattini (1991) explica que seu estudo que a QV está relacionada com a satisfação do ser com a vida. Isso se expressa em indicadores sociais específicos e objetivos, como taxa de desemprego, densidade populacional e outros abstratos subjetivos a partir de informações coletadas diretamente das pessoas que compõem a população

pesquisada. É impossível separar a qualidade de vida do comportamento do indivíduo e da sociedade, resultante de sua organização e desenvolvimento cultural (PELICIONI, 1995, p. 40).

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável são amplamente utilizados nos dias atuais. A sustentabilidade é o reflexo das relações entre o meio ambiente e os seres humanos, e é comumente relacionada ao uso excessivo dos recursos naturais, que impactam na degradação e escassez dos mesmos. Já o desenvolvimento sustentável consiste em um processo de aprendizagem, onde são abordados diferentes métodos, definidos através de um plano de ação e desenvolvimento (CARVALHO, 2019).

A temática do desenvolvimento sustentável surgiu durante os anos 80, em um documento denominado Our Common Future, onde é abordado o conceito da conservação da natureza com o crescimento econômico. A partir deste momento, o tema ganhou foco, sendo feito pesquisas relacionadas aos problemas ambientais em todo o mundo. Daí em diante, a expressão surgiu com o conceito de conciliar o desenvolvimento com a economia, envolvendo também os âmbitos sociais e ambientais (CMMAD, 1981; CORREIA, DIAS, 2017).

As questões da sustentabilidade têm sido amplamente discutidas, incluindo as posições ideológicas dos políticos que aprovam a defesa dos interesses e a preservação das condições culturais e econômicas, bem como todos os processos de desigualdade e exclusão crescentes usados nos discursos governamentais, e muitas vezes mencionam o conceito de progresso (LIMA, 2003). A partir da reflexão sobre a dominação de diversas frentes, sendo elas econômica, ideológica e política, relacionadas as formas de organização social, uma revisão do conceito de desenvolvimento foi realizado na década de 1970 (FEIL, 2017). Está emergindo o conceito de sociedade sustentável, o que requer o

desenvolvimento de novos paradigmas para proteger a diversidade ecológica, social e cultural das pessoas, culturas e estilos de vida com diferentes opções econômicas e tecnológicas, tendo como principal objetivo um desenvolvimento harmonioso. As pessoas e sua relação com todo o mundo natural (DIEGUES, 1992).

Para Reigoty (1995), as pessoas precisam estar mais informadas nos assuntos relacionados ao ecossistema, o que exige educação ambiental, para enfrentar o desafio de mudar a concepção de um modelo de desenvolvimento baseado na acumulação econômica, autocracia política, saqueio de recursos naturais, desprezo, cultura de minorias étnicas e direitos básicos. Humanidade. A política deve participar da formação dos cidadãos das nações, continentes e planetas a partir do diálogo cultural e do conhecimento entre nações, gerações e gêneros. No entanto, Espinosa (1993) acredita que os esforços para implementar o desenvolvimento sustentável em escala global possuem uma maior dificuldade em duas frentes: em níveis estratégicos e econômicos e também devido a complexidade da temática. O autor acredita que para seguir o caminho do desenvolvimento sustentável na prática, é necessário desenvolver um sistema de gestão que possa tomar decisões sob todos os problemas e fatores incertos acima mencionados.

Percebe-se que a sustentabilidade é um processo e este leva tempo para que seja elaborado e concretizado, sendo de longo prazo, pois é um fato que para o desenvolvimento sustentável é preciso mudar o modelo atual desenvolvimento. Faz-se necessário a necessidade de encontrar uma forma de se desenvolver de forma sustentável, ou seja, deve ser desenvolvida, mas levando em consideração o desenvolvimento integral das pessoas, dos animais, das plantas, de todo o planeta (ROMEIRO, 2012).

O princípio do desenvolvimento sustentável é a resposta à ruptura do pensamento moderno, é condição para a construção de uma nova racionalidade produtiva baseada no potencial ecológico e de uma nova

conotação de civilização baseada na diversidade da cultura humana. Esta é a natureza e a invenção que reocupam o mundo, não apenas um mundo que pode acomodar muitos mundos, mas um mundo ajustado pela diversidade do mundo (JACOBI, 2006).

A degradação ambiental, aliada às perdas e desigualdades ecológicas causadas pelo progresso do mundo globalizado, vem acompanhada do conceito de desenvolvimento sustentável, que é muito importante para a humanidade, pois o estudo da sustentabilidade pode ter uma nova visão de mundo. Um mundo em que o conhecimento ambiental nasce da reflexão sobre a construção da vida humana na terra (ROMEIRO, 2012).

Lima (2003) e Loureiro e Cunha (2008) trazem itens relacionados gestão ambiental, e como os estados podem lidar com seus conflitos, objetivos em comum e as diferentes classes sociais, no que corresponde a temática do desenvolvimento sustentável e ao meio ambiente. Estes autores expõem medidas de como fortalecer os projetos de gestão ambiental local, e a forma com que as comunidades locais lideram os governos federal e estadual. Além disto, trazem intenções e municípios para estabelecer procedimentos de liquidação pacificamente interesses de várias entidades econômicas e grupos de cidadãos na resolução de conflitos ambientais, por meio de um novo contrato social entre Estado e sociedade civil

Desta forma, ao compreender a relevância da temática que gira em torno ao meio ambiente e a visão do ser humano frente a ele, os espaços de ensino, como as escolas, devem buscar por métodos, meios e maneiras, eficazes, de facilitar a compreensão da relação homem e natureza, como as atividades humanas são desempenhadas, quais as consequências que causam e afins. Partilhar conhecimento é importante, além disso, faz com que, cada pessoa, na sua realidade, desenvolva suas oportunidades de adotar comportamentos e hábitos totalmente diferentes (LOPES, 2011).

Oferecendo conteúdos que permeiam a temática ambiental e passando por todas as disciplinas que envolvem a comunidade com o meio, a escola terá um papel importante na construção e formação de caráter destas pessoas, além disso, trará formas de visão no quesito de correlação (DOS SANTOS NARCIZO, 2009). Neste sentido, o meio ambiente deve ser abordado de forma sistemática e transversal em todos os níveis de ensino, garantindo a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos diferentes disciplinas e atividades escolares, as pessoas serão integradas a elas comunidade sociedade, para que a educação ambiental não fique só nas escolas mas penetra todas as esferas sociais, garantindo assim a proteção ambiental e conscientizar cada vez mais as pessoas a fim de se empenhar pelo desenvolvimento sustentável (DE MEDEIROS, 2011).

A educação ambiental se torna, a partir de então, uma parte extremamente crucial do processo de educação das pessoas. Visa abordar como é importante a participação ativa da comunidade nos empreitos sociais relacionados ao meio ambiente, tornando esta temática mais presente na vida das pessoas, relatando os problemas e suas possíveis soluções. Além disso, ressalta todas as questões problemáticas que giram em torno da economia, sociedade e meio ambiente, que sofrem grandes impactos com o desenvolvimento sustentável atual, visto que este se preocupa com o produto final, não visando os meios e a preservação destes.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil tem diversos modelos econômicos, devido a sua grande extensão e exploração dos recursos que aqui existem, o que impacta diretamente na economia e na geração de renda e riqueza. Porém, o que antes não se preocupava é que, ao explorar os recursos naturais, que são finitos, causam uma grande degradação ao meio ambiente, contribuindo para os problemas do setor ambiental.

Há tempos, não se relacionava a qualidade de vida com o desenvolvimento sustentável. Nos dias atuais, percebe-se que, para garantir um amanhã com qualidade, isto é, conforto e com os recursos básicos necessários, como alimentos, energia, vestimentas e afins, é necessário controlar o uso dos recursos que possuímos hoje e cuidarmos para que, no amanhã, estes ainda existam e consigam atender toda a população mundial, que cresce de forma exponencial. É necessário compreender qual a situação do país sanitária e ambientalmente, pois estas impactam diretamente nas políticas públicas e sociais. Esta questão modifica as ações que devem ser tomadas, modificando o planejamento de diagnóstico das localidades, visto que existem várias regiões e comportamentos diferentes em cada local do país, além de interesses e necessidades da população.

A Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1998) traz conceitos sobre saúde, que é um direito de todos e dever do estado. Além disso, traz em conjunto que é um direito de todos estarem e frequentarem ambientes sustentáveis, para o uso comum e individual, tanto para as gerações atuais como futuras, como demanda o Artigo 225. Garante ainda que, é obrigação do poder público providenciar ações e meios de garantir os direitos para a população. Apesar de ter um conteúdo válido e integral no que diz respeito à saúde, não há atualizações que englobem as questões ambientais, formalmente. Sabe-se que é responsabilidade de todos as questões de sustentabilidade e cuidado com o meio ambiente, porém compreende-se também, por outro lado, que a obrigatoriedade das ações reflete em um comportamento diferente por parte das pessoas.

Os códigos ambientais dos estados e municípios têm um papel muito importante na implementação da lei, assim como os Conselhos e Municípios de Saúde e Meio Ambiente, que exercerão o controle social necessário ao cumprimento da lei com participação universal. De forma a garantir que isto ocorra, torna-se fundamental ter grupos de pessoas

conscientes, com argumentação crítica e ética, capazes de atender a estas novas questões ambientalistas.

De forma a garantir informação a todos, temos a educação ambiental. Esta tem como objetivo conscientizar as pessoas sobre os recursos naturais disponíveis, a utilização, preservação e importância destes. Desta forma, torna-se responsável por contribuir para o processo de transformação da sociedade atual em uma sociedade sustentável, focada no exercício responsável da cidadania, que trate a natureza como um bem comum, leve em consideração a capacidade de regenerar os recursos materiais, promova a distribuição justa da riqueza produzida e promove condições de vida dignas para as gerações presentes e futuras.

7. REFERÊNCIAS

8. BEZERRA, Aldenice Alves. Fragmentos da história da educação ambiental (EA). Dialógica, 2016.

BRASIL. Constituição da República Federativa Brasil. São Paulo, IMESP, 1988. cap. II Art. 196 e cap. IV art. 225, 1988.

CAPELA TOZI, Shirley; PACHECO GUEDES, Michel. GEOGRAFIA, ENSINO DE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: PENSANDO RELAÇÕES. Acta Geografica, 2017.

CARVALHO, Gláucia Oliveira. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: uma visão contemporânea. Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental, v. 8, n. 1, p. 789-792, 2019.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. Nosso futuro comum. 2. ed. Tradução de "Our common future". 1988. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CORREIA, Mary Lúcia Andrade; DIAS, Eduardo Rocha. Desenvolvimento sustentável, crescimento econômico e o princípio da solidariedade intergeracional na perspectiva da justiça ambiental. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, n. 8, p. 63-80, 2017.

DE MEDEIROS, Aurélia Barbosa et al. A Importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. Revista Faculdade Montes Belos, v. 4, n. 1, 2011.

DIAS, Genebaldo Freire et al. Educação ambiental. Princípios e práticas, 6ª Edição. São Paulo: Editora Gaia, 2000.

DIEGUES, A.C.S. Desenvolvimento ou sociedades sustentáveis- da crítica dos modelos aos novos paradigmas. S. Paulo em Perspect.- q1/2): 22-9, 1992.

DOS SANTOS NARCIZO, Kaliane Roberta. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 22, 2009.

ESPINOSA, H.R.M. Desenvolvimento e meio ambiente sob nova ótica. Ambiente, 1993.

FEIL, Alexandre André. SCHREIBER, Dusan. Sustentabilidade e desenvolvimento sustentável: desvendando as sobreposições e alcances de seus significados. Cad. EBAPE, v. 14, n. 3, jul./set. 2017.

FORATTINI, O.P. Qualidade de vida e meio urbano: a cidade de São Paulo, Brasil. Rev. Saúde Pública, 25:75-86, 1991.

JACOBI, Pedro. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. Ambiente & Sociedade, v. 9, n. 1, p. 183-186, 2006.

LIMA, Gustavo da Costa. The sustainability discourse and its implications for education. Ambiente & Sociedade, v. 6, n. 2, p. 99-119, 2003.

LOPES, Rita de Cássia Soares. A relação professor aluno e o processo ensino aprendizagem. Obtido a, v. 9, n. 1, p. 1-28, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação. Revista Prâksis, v. 1, p. 35-42, 2008.

MAZETTO, Francisco de Assis Penteado. Qualidade de vida, qualidade ambiental e meio ambiente urbano: breve comparação de conceitos. Sociedade & Natureza, v. 12, n. 24, 2000.

MINAYO, M.C. de S. Saúde e ambiente no processo de desenvolvimento. CEnc. Saúde Coletiva, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Plano nacional de saúde e ambiente no desenvolvimento sustentável para implantação. Brasília, DF, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Glossário devoção da saúde. Genebra, 1998.

PELICIONI, M.C.F. Qualidade de vida das mulheres trabalhadoras das creches conveniadas do bairro Bela Msta do Município de São Paulo. São Paulo, 1995. [Tese de Doutorado - Faculdade de Saúde Pública da USP].

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. Saúde e sociedade, v. 7, p. 19-31, 1998.

REIGOTA, M. oque Cortez, São Paulo, 1994.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Estudos avançados, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SADER, E. A ecologia será política ou não será. In: GOLDENBERG, M. org. Ecologia, ciência e política: participação social, interesses e luta de ideias no movimento Rio de Janeiro, Revan, 1992, p. 135-42.

SOUZA, Antônio Cezar Leal. Qualidade de vida e meio ambiente: experiência de consolidação de indicadores de sustentabilidade em espaço urbano. Ensaio/Essay Consciência negra, justiça ambiental e sustentabilidade Resultados de Pesquisa/Research Results, p. 177, 2012.